

# REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XIX

OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1957

N.º 4

## GEOGRAFIA ECONÔMICA E SOCIAL DO BABAÇU NO MEIO NORTE\*

ORLANDO VALVERDE  
Geógrafo do CNG.

Em 14 de março de 1957, o govêrno federal baixou o decreto n.º 41 150, criando o Grupo de Estudos do Babaçu, a fim de que êste apresente, fundamentadamente, sugestões para o desenvolvimento da produção de babaçu em curto prazo.

Realmente, o babaçu (*Orbignya speciosa*, BARB. RODR.) é uma palmeira que representa uma riqueza natural digna de tôda a atenção pelos poderes públicos, dadas as suas inúmeras utilidades. Dela são extraídos, hoje em dia, sobretudo o óleo empregado nas indústrias de comestível e de sabão, e a torta para alimentação do gado. Poderão ser também obtidos por processos industriais diversos, a glicerina, um sucedâneo de chocolate, o pixe, o carvão ativado (para descorante), combustível (como lenha ou matéria-prima para coque ou gasogênio), plásticos, capachos e escôvas grosseiras (das fibras). A população local utiliza as fôlhas e o caule do babaçu como material de construção das casas pobres, e o palmito para alimentação do gado, especialmente dos porcos, e também das pessoas.

Com tão ampla utilização, seria de se esperar um surto apreciável na produção do babaçu, o que entretanto não se verifica. O Dr. JOAQUIM BERTINO DE MORAIS CARVALHO fornece, no relatório geral do GEB dados numéricos relativos aos últimos dez anos, pelos quais se evidencia que a produção de babaçu permaneceu estacionária no Maranhão, enquanto a de arroz revela uma ascensão pronunciada (fig. 1).

Tal situação é sinal irrefutável de que algo há de errado na produção de babaçu e requer, por conseguinte, providências urgentes.

Não obstante, a literatura sôbre o babaçu é imensa<sup>1</sup>, mas carece, em sua maior parte, de valor científico. Dentre as que têm interêsse geográfico, figuram, entre outros poucos trabalhos, certas monografias sôbre o assunto publicadas pelo Instituto de Óleos e o relatório intitulado "Babaçu — Economia a Organizar", publicado pelo Conselho Nacional de Economia.

<sup>1</sup> Merece menção o volumoso material a êsse respeito, constituído de livros, artigos e recortes de jornais, reunido na Biblioteca do Instituto de Óleos, do Ministério da Agricultura.

\* Relatório das observações geográficas realizadas pelo autor, em excursão que realizou com outros membros do Grupo de Estudos do Babaçu, entre 19 de julho e 7 de agosto de 1957.

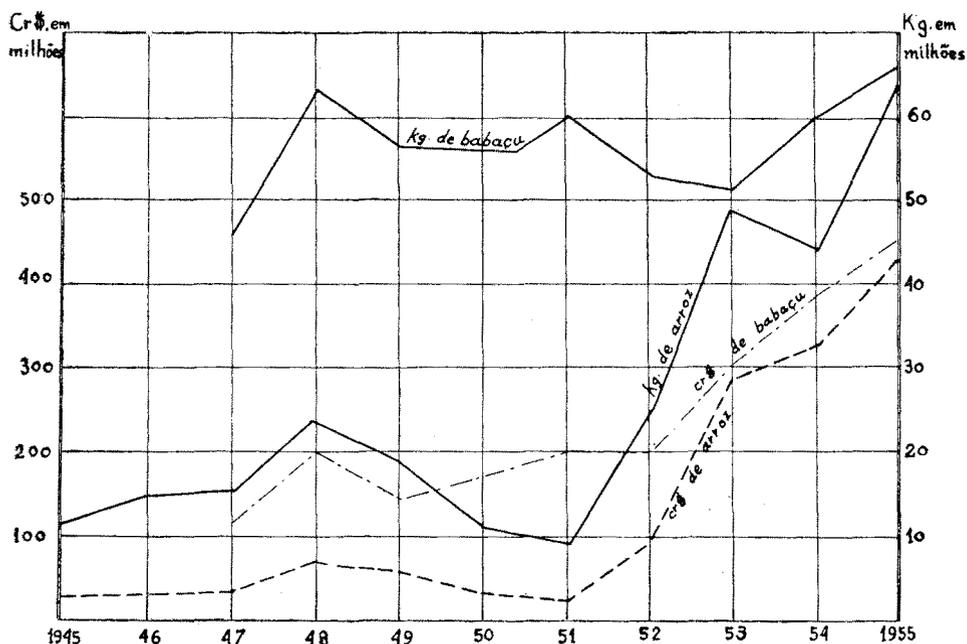


Fig. 1 — Gráfico da produção de babaçu e de arroz no Maranhão, em volume e valor.

### O que é preciso saber sobre o babaçu

Geralmente, quando se estuda um problema industrial qualquer, conhecem-se as possibilidades de abastecimento de matéria-prima, e os assuntos a resolver são de natureza técnica e econômica. Assim, ficam eles na esfera de conhecimentos dos engenheiros industriais, dos químicos, auxiliados, quando muito, por economistas.

O problema do babaçu, porém, chegou a uma situação paradoxal: toda a parte técnico-industrial é conhecida e foi resolvida, mas está na dependência do fornecimento regular de matéria-prima. Ele se situa, portanto, muito mais no campo dos conhecimentos de geógrafos, agrônomos e economistas do que no de outras especialidades.

É necessário, por isso, conhecer-se, antes de mais nada, as condições de ocorrência natural do babaçu, da sua exploração e do seu comércio atuais.

No Piauí é relativamente fácil obter-se informações seguras a esse respeito; mas no Maranhão torna-se muito difícil saber-se a verdade: os choques de interesses diversos, a política (no sentido pejorativo do termo), a própria magnitude do problema, a descrença geral em qualquer medida do governo, levam comumente os informantes a prestarem declarações falsas, incompletas ou apaixonadas.

Os fatos mais elementares que servirão de base a qualquer providência objetivando o incremento da produção do babaçu são ignorados. Não existem dados fidedignos sobre os seguintes elementos:

- 1 — Áreas de ocorrência densa do babaçu;
- 2 — Número médio de palmeiras por hectare, nessas áreas;
- 3 — Número total de palmeiras babaçu nas áreas referidas.

Embora se encontrem dados numéricos sôbre os itens citados em várias publicações, êles são muito divergentes, porque se baseiam em estimativas arbitrárias.

O Conselho Nacional de Geografia poderia fazer uma pesquisa de campo especialmente para determinar êsses dados. Naturalmente só interessarão os babaçuais densos, visto que só êstes têm interêsse industrial. Essas áreas seriam sobrevoadas e representadas cartograficamente, ainda que de maneira expedita. A seguir, seriam escolhidas áreas de um hectare em diferentes lugares, de acôrdo com o relêvo e a vegetação, para a obtenção de amostras do número de palmeiras. Os valores médios dessas amostras seriam extrapolados para a área total, que seria calculada a planímetro.

Tampouco se sabe algo de positivo sôbre:

4 — Quando começa o babaçu a frutificar (o mesmo se pode dizer relativamente ao tucum, que é necessário conhecer);

5 — Quanto tempo dura o ciclo vital do babaçu (pelo menos, enquanto tem valor econômico como produtor de frutos);

6 — Que tipos de solos e de climas são os mais adequados aos babaçuais;

7 — Qual é o número médio de cachos por pé, tanto nos babaçuais nativos quanto nos desbastados.

(A êsse respeito, BONDAR<sup>2</sup> fornece números absolutamente inverossímeis, resultantes, sem dúvida, de falsas informações. Escreve êle que a palmeira babaçu pode dar até 16 cachos por ano, produzindo em média 4 cachos por pé. Em nenhum dos inquéritos, dos muitos que realizamos, as informações ultrapassaram o total de 6 e a média de 1 ou 2, o que está muito mais de acôrdo com as nossas observações de campo) (fig. 2).

8 — Qual o preço médio do desbaste de um hectare;

9 — Qual é o espaçamento mais adequado para que o babaçal desenvolva sua produtividade máxima.

(A falta de experimentações não permite qualquer afirmação concludente a êsse respeito. J. BERTINO DE MORAIS CARVALHO<sup>3</sup> sugere, por analogia com o que se tem verificado relativamente ao coqueiro da praia e ao dendêzeiro em outros países, que se tome como base, enquanto faltam dados específicos, o espaçamento de 10 metros entre as palmeiras).



Fig. 2 — Palmeira babaçu carregada, na propriedade do Sr. José Deljino da Silva, ao norte de Caxias. Notar que a árvore está isolada. (Foto Joaquim Bertino)

<sup>2</sup> GREGÓRIO BONDAR: "O babaçu e outras palmeiras produtoras de amêndoas oleaginosas no Brasil". 104 pp., 40 figs. Min. Agric., SIA., 1954. Referência à pág. 20.

<sup>3</sup> J. BERTINO DE MORAIS CARVALHO: "O babaçu e sua economia" in Bol. n.º 9 do Instituto de Óleos, Min. Agric., pág. 51.

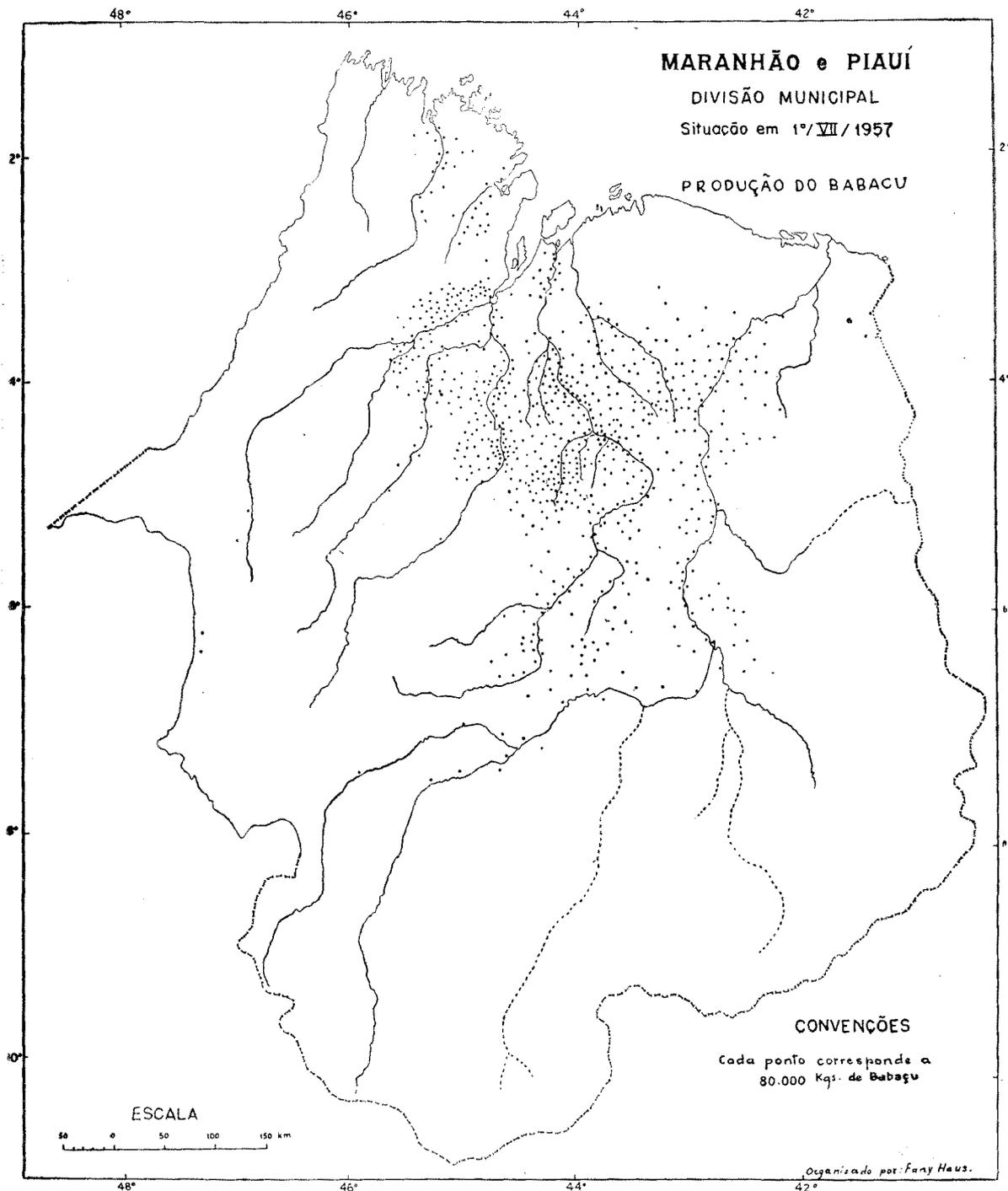




Fig. 3 — Palmeiras com cachos, no Campo de Ensaios da Campanha da Produção, de São Luís.  
Na foto, o diretor do Campo, Eng.º Agr.º Franklin Ribeiro Viegas.

(Foto Orlando Valverde)

Tal estimativa coincide, aliás, com os dados preliminares que nos foram gentilmente cedidos pelo Eng.<sup>o</sup> Agrônomo FRANKLIN VIEGAS, após o seu terceiro ano de experiência de desbaste, no pequeno Campo de Ensaio e Observações sobre o Babaçu, da Campanha da Produção, no lugar denominado Mata, na ilha de São Luís (fig. 3 e tab. 1)).

TABELA

*Campo de ensaios e observações sobre o babaçu, da Campanha da Produção, na ilha de São Luís.*

TALHÕES	ANTES DO DESBASTE		DEPOIS DO DESBASTE				Observações
	Número de palmeiras	Quantidade de cachos	Quantidade de cachos no 2. <sup>o</sup> ano depois	Quantidade de cachos no 3. <sup>o</sup> ano depois	Diferença do número de cachos no 3. <sup>o</sup> ano	Porcentagens do aumento no 3. <sup>o</sup> ano	
1	200	218	176	202	- 16	-	Deixado o mesmo número de palmeiras.
2	111	108	107	224	+ 116	101%	Deixadas 93 palmeiras à distância de 10 × 10m, aproximadamente.
3	191	166	112	207	+ 41	25%	Deixadas 169 palmeiras à distância de 6m × 6m, aproximadamente.
4	152	78	87	110	+ 32	40%	Deixadas 150 palmeiras.
5	125	109	101	219	+ 110	100%	Deixadas 11 palmeiras à distância de 8m × 8m, aproximadamente.
6	123	108	70	202	+ 94	88%	Deixadas 100 palmeiras.

São Luís, 29-7-957. — a) FRANKLIN VIEGAS.

10 — Respostas aos diferentes tipos de adubação.

As duas últimas informações só poderão ser obtidas após alguns anos de experimentações.

### *O abastecimento de matéria-prima à indústria*

Embora não se conheça com rigor a área de ocorrência de babaçuais densos, sabe-se que eles se estendem, no Maranhão e no Piauí, numa larga faixa a leste do vale do Turiaçu, na direção norte-sul, mais ou menos paralelamente à baía de São Marcos e prolongando-se até o médio vale do Mearim, e ainda nos vales do Itapecuru e do Parnaíba.

Todos os observadores ficam extasiados diante da densidade e da vastidão dos palmeirais nativos, e, por isso, as estimativas gratuitas têm variado geralmente entre 1 bilhão e 14 bilhões de palmeiras, de acordo com a imaginação mais ou menos fértil dos que as emitem.

Não obstante, a exportação de amêndoas e a produção de óleo e sabão nos dois estados está muito aquém das possibilidades, segundo a opinião unânime de todos os pesquisadores. Não se pode, por esse motivo, culpar a indústria

e o comércio exportador, já que a deficiência resulta do fornecimento de matéria-prima — a amêndoa.

A extração de amêndoas de babaçu é feita segundo um sistema muito rudimentar de coleta comercial. Quando o caboclo precisa de dinheiro, penetra no babaçual, ou manda a mulher, para trazer coquilhos. Estes são amontoados em frente à casa de moradia, onde as mulheres e crianças fazem a quebra do côco. Para isso usam um machado que elas mantêm de gume virado para cima prendendo-o com as pernas; enquanto com uma das mãos manejam o coquilho sôbre a lâmina, ao mesmo tempo, com a outra, vão dando pancadas com um pedaço de pau (fig. 4). Reunida a produção de um dia, vão os caboclos vendê-la na venda mais próxima. Se êles trabalham como rendeiros, parceiros ou assalariados são obrigados a vender sua produção de amêndoas ao dono da terra. No caso de trabalharem por conta própria, fazem às vêzes negócio com motoristas de caminhão que vêm geralmente de Fortaleza ou do Recife e trocam as amêndoas de babaçu por tecidos, utensílios ou gêneros de alimentação.



Fig. 4 — “Quebradeira” de babaçu em atividade em Quelru (vale do Itapecuru). A môça em pé pode quebrar até 10 quilos de amêndoas por dia, a menina à direita, 5 a 6 quilos e as duas menores, entre elas, 2 quilos. A família tem 8 filhas.

(Foto Orlando Valverde)

O comerciante local vende, por sua vez, as amêndoas a firmas de S. Luís, Parnaíba ou Teresina, que vão buscar a mercadoria de caminhão. Nem tôdas essas firmas industrializam o côco babaçu; muitas são meros intermediários que exportam principalmente para o Rio e São Paulo. Dos quatro grandes compradores sediados em Parnaíba, por exemplo, apenas um tem fábrica (Morais SA.).

Como o transporte das amêndoas é quase todo rodoviário, fica interrompido em quase tôdas as áreas produtoras durante o “inverno”, isto é, a estação chuvosa. No Maranhão, os carros só circulam o ano todo ao longo das rodovias principais, que vão de São Luís a Pedreiras, a Bacabal e a Codó. Os outros centros produtores afastados dessas estradas, aos quais se tem acesso por meio de caminhos vicinais, só podem ser alcançados pelos caminhões durante três meses, em média. Os centros locais de comércio conhecem então uma animação efêmera: entram os carros carregados de mercadorias diversas e de gente e saem cheios de amêndoas de babaçu, de algodão, arroz, feijão ... As compras e vendas feitas pela população local recebem um estímulo considerável, mas infelizmente também o movimento nos antros de jogatina, de bebedeira e de prostituição.

O citado relatório do Conselho Nacional de Economia apresenta, entre as págs. 24 e 25, duas fotografias de babaçuais densos ao longo de uma rodovia-tronco e de uma ferrovia para provar documentadamente que os transportes

não são um dos elementos fundamentais para o problema do aumento da produção de babaçu. Esse argumento é falaz, porque, de fato, uma boa estrada de rodagem pouca influência tem para a solução do problema, já que atende somente às necessidades de uma estreita faixa, correspondente à região por ela diretamente servida (fig. 5). O que é de importância primordial é a rede de



Fig. 5 — Estrada de rodagem BR-21, entre Codó e Peritoró no meio do babaçual.  
(Foto Orlando Valverde)

caminhos vicinais, quanto mais densa, melhor, que drena a própria área produtora, embora num curto período em cada ano. A rede rodoviária faz lembrar, aí, a árvore da circulação sanguínea, em que as rodovias-tronco corresponderiam às artérias, mas os caminhos vicinais seriam os vasos capilares, que irrigam e dão vida aos tecidos.

A prova decisiva de que a circulação é elemento fundamental para o incremento à produção do babaçu, e, de modo particular, a dos caminhos vicinais, está em que, há mais de dez anos, a Campanha da Produção, de São Luís, mantém, à custa dos comerciantes e industriais a ela filiados, um serviço de manutenção e abertura daqueles caminhos. Se isso não lhes trouxesse vantagens econômicas imediatas, tal serviço não seria mantido.

A fotografia da estrada de ferro através do babaçual constitui um argumento ainda mais capcioso, porque todos sabem que a linha São Luís — Teresina não satisfaz absolutamente às necessidades da região. O material é obsoleto e está em péssimo estado de conservação; os trens viajam sempre abarrotados e permanentemente atrasados; os enguiços e acidentes se sucedem. Para se dar uma idéia, basta dizer que só em dias alternados há trem num mesmo sentido: um dia vai de São Luís para Teresina; no outro, de Teresina para São Luís.

Quem olha num mapa a bela rede de drenagem fluvial — o Mearim, o Pindaré, o Itapecuru e o Munim — que converge no golfo maranhense, e mais

o Parnaíba, na fronteira do Maranhão e Piauí, todos êles percorrendo zonas de babaçuais densos, acredita que o principal meio de transporte para o comércio do babaçu seja a navegação fluvial. Entretanto, em São Luís, só uma empresa tem vapores para o comércio: Martins, Irmão & Cia. Em Parnaíba duas companhias associadas mantêm um vapor grande. E só; todo o resto do transporte se faz quase exclusivamente por caminhão. Isto parece, à primeira vista, uma anomalia, porque a navegação é considerada, em quase todo mundo, o meio de transporte mais adequado e mais econômico para mercadorias que não possuem alto valor unitário.

Tanto os rios do Maranhão como o Parnaíba estão, porém, com os leitos parcialmente obstruídos por bancos de areia, troncos encalhados, que representam perigos para as embarcações. O Itapecuru é, hoje em dia, considerado como não navegável, tantos são os obstáculos que se encontram em suas águas. No Parnaíba, além do vapor mencionado e das canoas para a circulação local, navegam apenas balsas feitas de troncos de fôlhas de buriti, águas abaixo, tocadas a sirga ou remo de esparrela (fig. 6). Uma vez atingido o pôrto de destino, a embarcação é desfeita, os troncos são vendidos e, se os viajantes precisam regressar para montante, fazem-no por terra.

Os comerciantes lamentam ainda as leis sociais, que teriam tornado antieconômica a navegação fluvial. Dizem êles que a legislação determinou arbitrariamente o número de componentes das guarnições dos vapores, de acôrdo com a potência do motor, limites êsses que seriam excessivos. Por outro lado, a estiva seria caríssima — a mais cara do mundo —, de tal modo que, levando em conta também os danos causados às mercadorias e os furtos, o transporte por caminhão tornar-se-ia, assim, mais barato, além de mais rápido e mais prático, por levar de uma a outra porta.

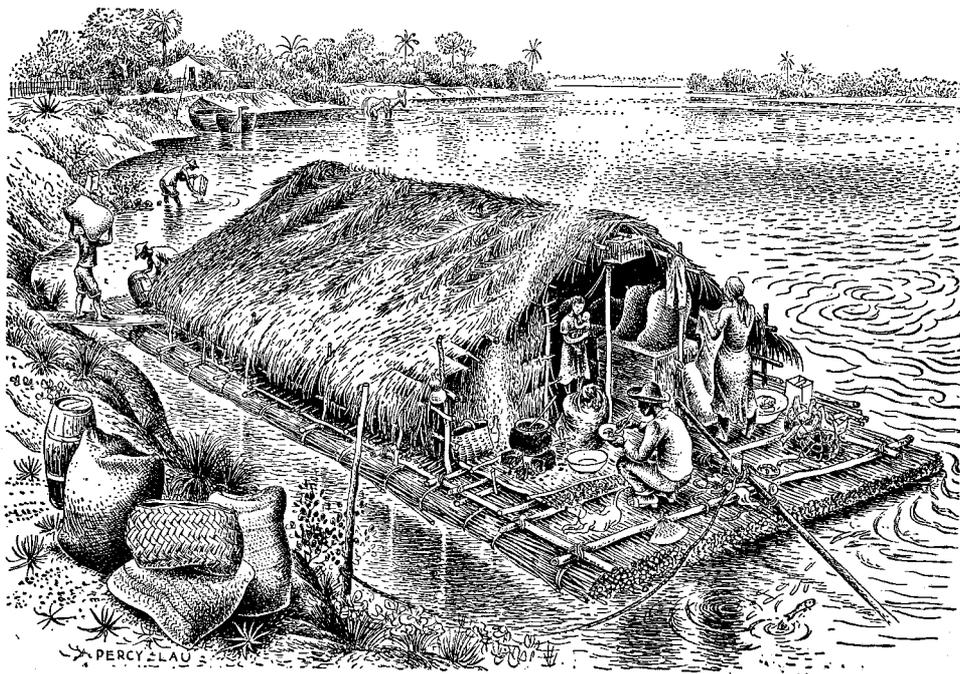


Fig. 6 — Balsa típica do alto Parnaíba. Embarcação primitiva, construída por feixes de fôlhas e pecíolos de buriti e, ainda de cipós resistentes, utilizados à guisa de cordas.

O estado de decadência da navegação fluvial do Parnaíba chegou a um ponto que levou à formação de um verdadeiro “cemitério de vapores” em Parnaíba, onde as carcaças das embarcações jazem abandonadas em ambas as margens do rio (fig. 7).

As próprias ligações do Meio Norte com o exterior fazem-se com dificuldade porque a região não dispõe de portos aparelhados. Em São Luís, Tutóia, Par-



Fig. 7 — O “cemitério de vapores”, no porto de Parnaíba.

(Foto Joaquim Bertino)

naíba e Luís Correia (ex-Amarração) nenhum navio atraca, por falta de cais e de calado. Os navios ficam ao largo e o transbôrdo se faz por meio de alvarengas. Isto retarda e encarece o comércio marítimo. Por isso, a maior parte das mercadorias vendidas para o Maranhão e Piauí é transportada de caminhão, quer venha do Recife, Rio ou São Paulo. Quase tôda a verdura consumida em São Luís vem de Fortaleza por via aérea.

Tais circunstâncias encarecem ao extremo o custo da vida no Meio Norte, fazendo baixar ainda mais o salário real dos trabalhadores.

No caso específico da exportação e da fabricação do óleo de babaçu, a má organização dos transportes marítimos também influi negativamente. Em geral, o óleo é exportado em tambores que são importados vazios. Só uma firma organizou racionalmente a exportação do óleo: Morais SA., de Parnaíba. Ela possui um navio-tanque com capacidade de 800 toneladas de óleo, que são colocadas em três depósitos de sua propriedade, na ilha do Governador, com uma capacidade total de 1 000 toneladas.

As latas para a embalagem do óleo de babaçu fabricado em São Luís são importadas já prontas, pois nem a armação das latas é feita naquela cidade. Isso vai, naturalmente, onerar muito o produto acabado.

### A ocupação da terra

Quando pela primeira vez se visita a cidade de São Luís, tem-se, desde logo, a idéia de um povoamento antigo: os casarões vetustos com largos beirais, alguns com a fachada revestida de azulejo (fig. 8); as ruas estreitas da zona comercial antiga, as ladeiras que conduzem ao pôrto ... Entretanto, o Meio

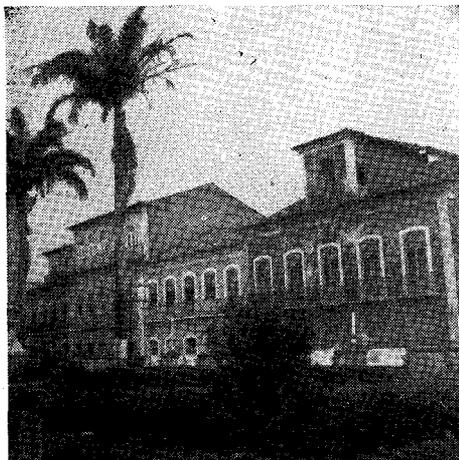


Fig. 8 — Casarões antigos de uma das praças de São Luís: a praça Senador Benedito Leite. (Foto Orlando Valverde)

Norte teve um povoamento mais tardio que muitas outras partes do Brasil: no tempo das Capitanias nem sequer foi visitado por seus donatários.

Quem, a bem dizer, descobriu o Maranhão e soube, pela primeira vez, tirar proveito do magnífico pôrto natural que é o gôlfo maranhense para o estabelecimento de um povoamento permanente foram os franceses, que aí se fixaram no princípio do século XVII. Depois de expulsá-los, os luso-brasileiros povoaram a ilha de São Luís e as terras ribeirinhas das baías de São Marcos e São José, inclusive os campos de Perizes.

A onda seguinte de povoamento penetrou no outro extremo da região, no terceiro quartel do mesmo século, onde o quarto varão da casa da Tôrre estendeu os seus domínios de criação de gado<sup>4</sup>. Foi pelas fazendas de criação que se povoou todo o Piauí e o sul do Maranhão até a barranca direita do Tocantins.

Só o norte do Maranhão conheceu, desde o início do seu povoamento, um surto significativo de progresso, que ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII, graças à atividade econômica desenvolvida pela “Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão”, que aí introduziu créditos, ferramentas e escravos africanos para as lavouras de algodão<sup>5</sup>.

Antes, os senhores de terras no Maranhão não podiam dar-se ao luxo de importar escravos negros. O grosso da mão-de-obra era constituído de índios, mamelucos e poucos colonos brancos.

A ação da Companhia de Comércio, extinta em 1777, prosseguiu muito além dessa data e teve repercussões profundas: as *plantations* de algodão expandiram o povoamento pelo vale do Itapecuru; o Maranhão tornou-se exportador de algodão. A própria composição étnica dessa região foi modificada. Diz CAIO PRADO JÚNIOR que “o algodão, apesar de branco, tornará prêto o Maranhão”<sup>6</sup>. De fato, a partir de então, as regiões do gôlfo e do vale do Itapecuru, formaram o quadro racial de hoje em dia.

<sup>4</sup> PEDRO CALMON: “História da Casa da Tôrre”, pág. 76.

<sup>5</sup> CAIO PRADO JÚNIOR: “Formação do Brasil Contemporâneo”, 3.<sup>a</sup> edição, pág. 144.

<sup>6</sup> Op. cit., pág. 144.

A riqueza maranhense resultante do algodão foi efêmera, não durou 70 anos. No começo do século XIX, o surto algodoeiro no sul dos Estados Unidos fez baixar os preços do algodão no mercado internacional, e o Maranhão, bem como outras partes do Brasil, sucumbiu na concorrência.

O Piauí nem um período curto de prosperidade conheceu; manteve-se sempre como uma das unidades mais pobres do Brasil. Melhorou um pouco quando um comerciante de Parnaíba instalou charqueadas nas margens do alto curso daquele rio, em 1770, e suplantou, no mercado brasileiro, a produção do Ceará, atormentado com frequência pelas sêcas, pouco depois dessa data <sup>7</sup>.

Na margem ocidental da baía de São Marcos, a falência do algodão acarretou o despovoamento das fazendas e das cidades. Alcântara e Guimarães tombam atualmente em ruínas.

No vale do Itapecuru, talvez porque a produção de arroz fôsse também apreciável, a decadência não foi tão completa. O regime da parceria foi gradativamente substituindo o sistema escravocrata, talvez mesmo antes da abolição oficial da escravidão (assunto de história econômica e social que mereceria uma pesquisa *in loco*). Com tal medida, livraram-se os senhores da terra das despesas com o sustento dos trabalhadores. A um sistema capitalista sucedeu, então, uma organização pré-capitalista. Tal regresso verificou-se também em certas áreas do Nordeste açucareiro, após a perda de mercados. Esta estrutura econômica e social das fazendas perdura até hoje no vale do Itapecuru, assim como no vale do Parnaíba, que jamais conheceu outra diferente.

Todos os testemunhos escritos que possuímos acêrca do Maranhão e do Piauí, do século passado e do princípio dêste, pouca ou nenhuma referência fazem aos palmeirais existentes nessa região. Quando a êles se referem, é muito mais com objetivos poéticos, como o fez GONÇALVES DIAS. Isto prova que não se atribuía a essa riqueza natural nenhum valor econômico.

Entretanto, as primeiras experiências para a extração do óleo de babaçu foram feitas no século passado. Só a partir da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a carência aguda de óleos vegetais nos grandes mercados da Europa e América do Norte acarretou uma subida nos preços, uma expansão das áreas de cultivo de oleaginosas <sup>8</sup> e uma procura maior nas possíveis áreas de extração vegetal.

Esta deve ter sido a causa fundamental do povoamento do médio vale do Mearim, que se processou depois da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, empreendido principalmente por cearenses e piauienses. Assim, por exemplo, o município de Bacabal foi criado em 1920.

Geralmente, as migrações de nordestinos têm sido interpretadas pelos estudiosos de maneira simplista, como tendo sido êles "tocados pelas sêcas". O mapa das áreas de emigração de nordestinos para São Paulo, segundo o censo de 1940, elaborado pelo Conselho Nacional de Geografia, demonstra que essa generalização tem muito de errônea. No caso da migração para São Paulo sai muita gente das regiões do Cariri, no Ceará, e do Agreste pernambucano. Ora, essas são áreas periféricas quanto à incidência das sêcas, mas que, devido à excessiva

<sup>7</sup> Op. cit., pág. 39.

<sup>8</sup> LEO WAIBEL: "The Political Significance of Tropical Vegetable Fats for the Industrial Countries of Europe". Reprint from *Annals. Assoc. Amer. Geogrs.*, vol. XXXIII June 1943, n.º 2, pág. 126.

fragmentação das propriedades, tornam-se especialmente vulneráveis quando atingidas por aquêles fenômeno meteorológico.

Existem outras razões, de ordem histórica e social, pelas quais o Ceará e o Piauí teriam contribuído com um contingente maior que as velhas regiões povoadas do Maranhão para a ocupação do vale do Mearim. Aquêles estados não foram quase atingidos, justamente por terem sido sempre pobres, por êsse flagelo social que foi a escravidão. E tal circunstância vai refletir-se ainda hoje, na sociedade que se vai estruturando nos vales do Mearim e Pindaré, bem diferente da do Itapecuru, conforme veremos adiante.

Outros fatores têm concorrido para o impulso recente, que animou esta frente pioneira a expandir rapidamente a área povoada até além do vale do Pindaré (vide mapa II). Foram a ampliação dos mercados e a valorização do arroz no Brasil, a partir da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

No seu artigo sobre "As frentes pioneiras do Brasil"<sup>9</sup>, WAIBEL demonstra como as frentes atuais se distribuem como um arco ao redor dos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, até onde se faz sentir a esfera de influência econômica dêsses centros.

Durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, entretanto, abriu-se a rodovia Rio — Bahia, que vai conectar-se com a Transnordestina em Feira de Santana, e esta em Fortaleza com a que conduz a Teresina, formando um sistema rodoviário transitável o ano inteiro, com qualquer tipo de tempo.

O arroz maranhense, que se mantinha não só como importante produto de consumo local, como também de exportação, desde os tempos coloniais<sup>10</sup>, tendo como principal área de consumo o Nordeste, expandiu rapidamente os seus mercados até o Rio e São Paulo, onde êle alcançaria melhores preços, que compensariam os pesados fretes.

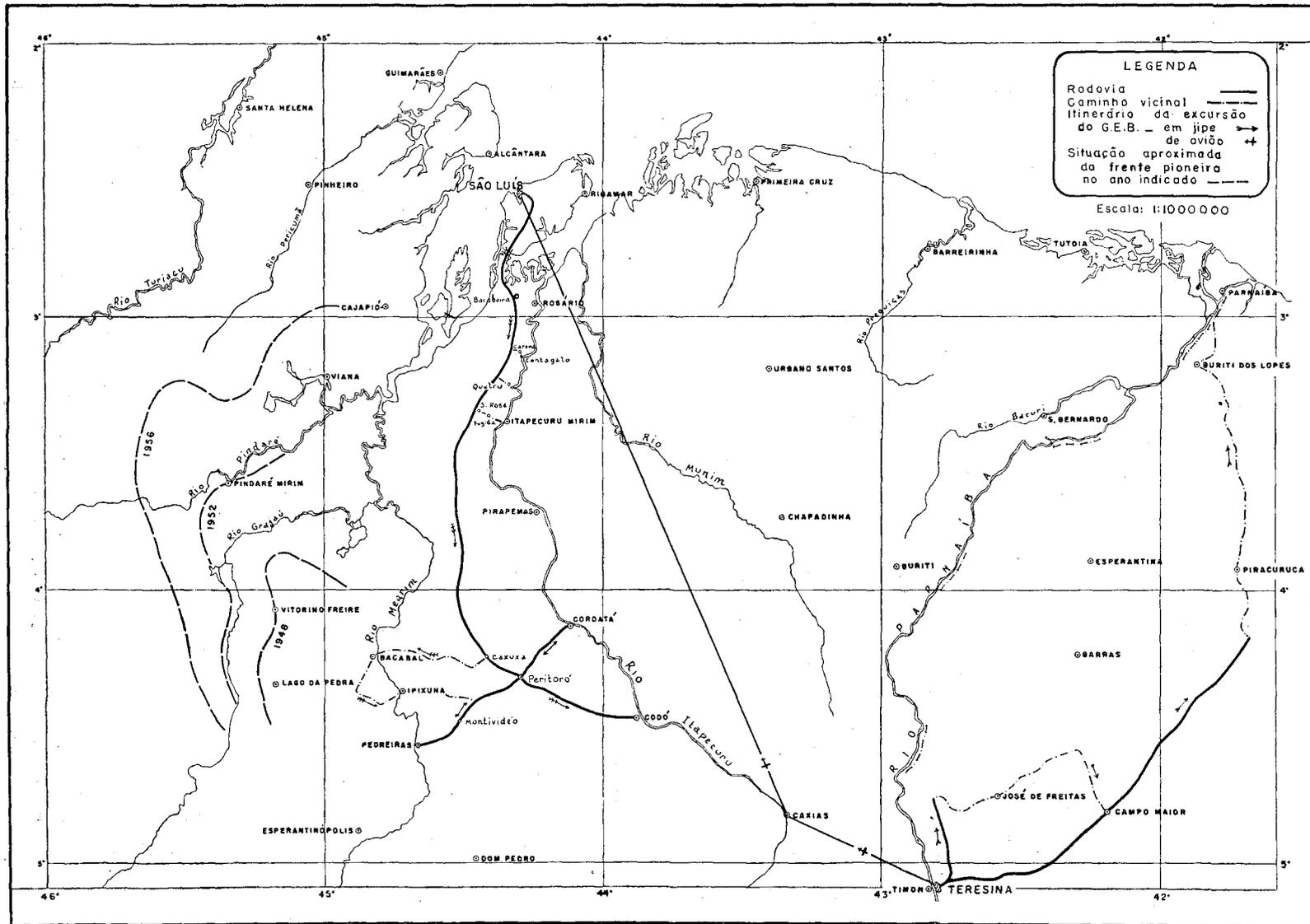
O povoamento do vale do Mearim recebeu, então, impulso notável, que prossegue até hoje. Muito mais do que o babaçu, é o arroz o produto comercial por excelência, nessa região.

Os desconhecedores do assunto poderão presumir que o arroz do Maranhão esteja concorrendo no Rio e São Paulo com o de outras procedências, em virtude de sua alta qualidade. Isto seria um êrro palmar. Muito ao contrário, o arroz maranhense só pode manter essa concorrência devido ao seu baixo preço. Nas feiras e armazéns, êle é sempre o tipo mais barato. Tem aspecto irregular, amarelo, cheio de impurezas e de grãos quebrados. Essas propriedades resultam do mau sistema de distribuição de sementes feita pelo govêrno. As sementes não são de uma só variedade; por isso, quem faz a classificação do arroz é a máquina de beneficiamento: se o crivo é regulado pelo grão menor, o graúdo se quebra; se o é pelo maior, passam impurezas<sup>11</sup>. A carestia sempre crescente do custo da vida nos grandes centros tem levado as classes pobre e média a adquirir os alimentos mais baratos, embora de qualidade inferior; esta é a causa por que o arroz do Maranhão está entre os tipos que têm maior venda.

<sup>9</sup> In *Rev. Bras. Geog.*, ano XVII, n.º 4, out.-dez. 1955, págs. 389-422.

<sup>10</sup> CAIO PRADO JÚNIOR, *op. cit.*, pág. 162.

<sup>11</sup> Informação verbal do Eng.º Agr.º HONÓRIO DE MIRANDA GEDEON, diretor do Campo de Multiplicação de Sementes de Coroatá.



Outro fator, não menos importante que os anteriores, para a expansão da frente pioneira até além do Pindaré tem sido a “grilagem” das terras.

Antes da ocupação pioneira, as terras dos vales do Mearim e Pindaré eram devolutas. Os povoadores, em sua maioria cearenses e piauienses, mas vindos também, em menor escala, do vale do Itapecuru, nelas estabeleceram as suas casas, os roçados, e, por meio do seu trabalho, valorizaram-nas enfim, sem se preocuparem em legalizar a sua posse.

O “grileiro” é geralmente homem de posição social elevada e bem relacionado nos meios políticos do estado. Este cavalleiro vai então a São Luís e paga em cartório o impôsto territorial correspondente a trinta anos de ocupação de um imóvel que supostamente possuiria. E para comprovar a ocupação efetiva traz uma autoridade local, quase sempre o delegado de polícia, que apresenta o seu testemunho nesse sentido. Assim, são facilmente obtidos 3 000 a 4 000 hectares, que passam a constituir sua propriedade privada.

Legalizada a situação da escritura, vai o “grileiro” à região e notifica os ocupantes da terra assim obtida que dali em diante terão êles que pagar-lhe fôro, ou, em caso contrário, serão despejados.

Naturalmente, as terras mais valorizadas são as mais acessíveis; por conseguinte, a “grilagem” das terras vai, a bem dizer, minando a retaguarda da frente pioneira.

Ora, o principal objetivo dos colonos dessa região ao abandonarem as suas terras de origem, era livrar-se da condição de dependência econômica e social em que lá se encontravam. Dificilmente, portanto, submetem-se êles a uma nova situação de dependência, após anos de trabalhos e sacrifícios nas terras que vinham ocupando. Procuram primeiro fazer valer o seu direito recorrendo às autoridades e à justiça, mas estas lhes são desfavoráveis. O recurso à fôrça, à resistência armada, também não lhes resultará bem. Só lhes resta, pois, emigrar para mais longe, onde vão recomeçar o ciclo de trabalhos e privações na vanguarda da frente pioneira.

Talvez em nenhuma outra região do Brasil, excetuando-se o planalto paulista e paranaense, a “grilagem” das terras se fêz de maneira tão ampla e abusiva.

As precárias vias de comunicação, representadas pelos caminhos vicinais são, assim, alongadas de forma exagerada, comprometendo cada vez mais o intercâmbio comercial e as condições de vida nesses lugares longínquos.

A frente pioneira tem marchado, nos últimos dez anos, numa direção geral de sudeste para noroeste, cortando perpendicularmente os cursos dos rios, o que vem provar que êstes não desempenham qualquer função econômica de importância (mapa II).

### *As regiões produtoras*

A produção de babaçu no Meio Norte se concentra em três regiões principais: 1 — o vale do Itapecuru; 2 — o vale do Parnaíba; 3 — os vales do Mearim e Pindaré. Poder-se-ão distinguir, ainda, três regiões secundárias, de produção um pouco mais baixa: 4 — a do gôlfo maranhense; 5 — a do nordeste do Maranhão, e 6 — a dos altos vales, representados pelas partes supe-

riores dos do Parnaíba, Itapecuru e Mearim. Estas áreas não correspondem perfeitamente a tôdas as áreas de concentração natural do babaçu no Meio Norte, porque deve haver, possivelmente, algumas ainda não exploradas por serem despovoadas e de difícil acesso, como os vales do Turiçu e do alto Pindaré, por exemplo.

As três regiões mais importantes foram, entretanto, visitadas por membros do Grupo de Estudos do Babaçu, em suas excursões de reconhecimento.

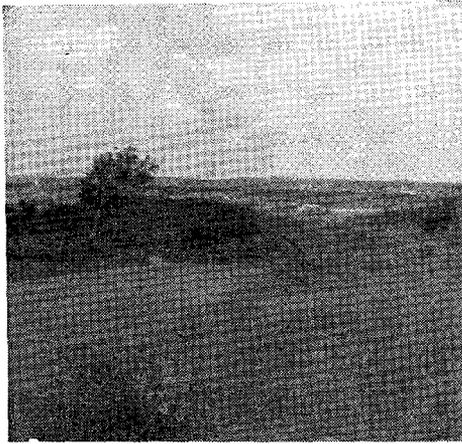


Fig. 9 — Vista de Caxias, no vale do Itapecuru. Notar o relêvo em chapadas.  
(Foto Orlando Valverde)



Fig. 10 — Trecho do povoado de Bacabeira: "Strassendorf". Notar as casas cobertas de palha de babaçu e o povo nas portas, em dia de semana.  
(Foto Orlando Valverde)

*O vale do Itapecuru* — Esta região só adquire características próprias a montante da cidade de Rosário. As altitudes das terras ribeirinhas variam de cerca de 10 metros sôbre o nível do mar, a mais ou menos 100 metros, em Caxias.

A jusante de Coroatá, o relêvo é constituído de colinas baixas e tabuleiros, todos de altitude inferior a 50 metros. De Coroatá a Caxias, as elevações são formadas por morros-testemunhos areníticos, que se tornam cada vez mais numerosos até que adquirem continuidade perto de Caxias, formando o relêvo típico de chapadas das vizinhanças dessa cidade (fig. 9).

Os solos do vale do Itapecuru derivam-se, em sua maior parte, de arenitos e se assemelham aos solos arenosos da região amazônica, estudados por MARBUT<sup>12</sup>. O horizonte A é geralmente acinzentado, composto aparentemente de húmus misturado com areia, com cerca de 30 centímetros de espessura. O horizonte B é côr de laranja ou avermelhado. Abaixo, existe um horizonte de concreções lateríticas (canga), que em alguns lugares está próximo à superfície do solo, em virtude da desnudação dos horizontes superiores. A canga

<sup>12</sup> Como a excursão de que participou o autor consistiu num reconhecimento rápido não pôde ser feito um estudo que permitisse a descrição correta dos perfis de solo. Tampouco MARBUT visitou a região do vale do Itapecuru. Portanto, a assimilação destes solos aos do tipo I e 2 da Amazônia, segundo a classificação daquele notável pedólogo, tem o valor de mera sugestão. (Vide C. F. MARBUT & C. B. MANIFOLD: "The Soils of the Amazon Basin in Relation to Agricultural Possibilities". *Geogr. Rev.*, vol. XVI, n.º 3, July 1926, pp. 414-424).

aflores, de vez em quando, nos cortes da rodovia. Dada a permeabilidade desses solos, não são raros os leitos de riachos que ficam secos durante as estiagens.

Não há uniformidade na cobertura de vegetação natural no vale do Itapecuru. Em alguns lugares, os babaçuais se adensam, como acontece, por exemplo, na fazenda Vale Quem Tem, perto de Santa Rita. Em outros, porém, as palmeiras desaparecem, deixando em seu lugar uma típica mata tropical de folhas perenes, como acontece entre Carema e a fazenda Cantagalo<sup>13</sup>.

Nas chapadas que circundam Caxias, predomina uma vegetação arbustiva, na qual estão entremeadas algumas espécies típicas dos cerrados. Existem, porém, bosques residuais da primitiva mata tropical semidecídua com babaçu, nos lugares em que a degradação provocada pelo homem não foi tão intensa. Esta mata deveria ser a formação vegetal predominante no vale do Itapecuru. Suas árvores da abóbada foliar teriam cerca de 10 metros de altura e o sub-bosque seria constituído de pindovas (palmeiras jovens de babaçu), arbustos e plantas baixas de folhas largas.

Após a decadência das *plantations* de algodão no princípio do século XIX, as propriedades grandes se mantiveram, regredindo, contudo, o sistema de exploração para o regime de parceria. No município de Coroatá, por exemplo, uma fazenda considerada pequena tem cerca de 1 800 hectares e sua aquisição custaria, hoje em dia, mais ou menos Cr\$ 200 000,00, com terras à escolha<sup>14</sup>.

O sistema agrícola empregado nas culturas dos parceiros é a rotação de terras primitiva, também conhecido pelos nomes de agricultura nômade, itinerante ou sistema de roças. É o sistema agrícola mais primitivo do mundo. Os roçados são abertos no meio dos babaçuais: derruba-se a mata secundária ou capoeira, poupando-se algumas palmeiras que ficam espaçadas no meio da roça. Faz-se a queimada no fim da estação seca e o plantio no início da estação chuvosa. A queimada prejudica a produção das palmeiras do roçado, que só voltam a produzir coquilhos no fim de três anos. As plantas mais cultivadas no vale do Itapecuru são a mandioca e o arroz, aquela predominando na parte inferior do vale<sup>15</sup> e este ultrapassando os demais produtos no vale médio.

O cultivo numa mesma roça se faz somente um ano, mudando-se em seguida para novo roçado. O solo é deixado a repousar em capoeira durante cerca de 8 anos, antes de ser submetido a novo cultivo.

Os caboclos do Itapecuru reúnem, geralmente, numa só pessoa as três raças fundamentais do povo brasileiro (fato pouco comum no Brasil). É que ao antigo contingente de mamelucos, reuniu-se, a partir do fim do século XVIII, a contribuição étnica dos escravos negros.

Eles formam uma população socialmente inferiorizada, indolente — sobretudo os homens (fig. 10) —, que vegeta numa vida miserável nas fazendas, cultivando roças e criando porcos. O porco que se cria no Maranhão, por toda parte, é geralmente preto, de focinho comprido, que faz lembrar o queixada

<sup>13</sup> Não se pode compreender, com os elementos que se conhecem até agora, os pormenores da ecologia que determinam contrastes, como esse da fazenda Cantagalo, em que a margem esquerda do Itapecuru não tem babaçu, ao passo que a Jireita, em frente, possui babaçuais densos.

<sup>14</sup> Informação verbal do Eng.º Agr.º HONÓRIO DE MIRANDA GEDEON.

<sup>15</sup> Carema, povoado do baixo Itapecuru, tem fama de produzir a melhor farinha d'água do Maranhão.

ou porco selvagem (fig. 11). Como é criado à sôlta para procurar alimento, as roças são sempre cercadas (fig. 12).

As casas rurais típicas do vale do Itapecuru têm, em geral, paredes de sapapo, forma retangular, muitas vêzes com um "puxado" atrás, para a cozinha. A cobertura é de fôlhas de babaçu (fig. 13). Entremeadas nestas casas, e com elas quase rivalizando em número, há outras cujas paredes são feitas também de palha de babaçu. As janelas têm sanefas de esteiras, tecidas igualmente com a palha da palmeira (fig. 14).

*O vale do Parnaíba* — As condições naturais e sociais no vale do Parnaíba assemelham-se bastante às que reinam no vale do Itapecuru. Sendo aquêle, porém, um rio maior, mais volumoso, fêz recuar mais para longe do leito os

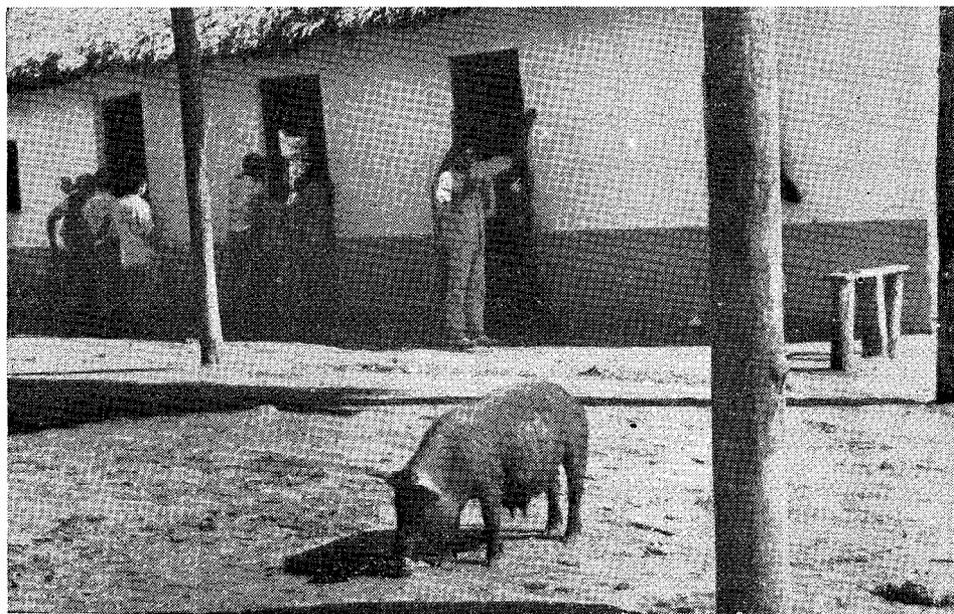


Fig. 11 — *Suíno preto, típico da criação dos caboclos, pastando à sôlta, em Cazura. Notar o focinho comprido.*

(Foto Orlando Valverde)

testemunhos de arenito, que têm cêrca de 30 metros de altura e cujas camadas mergulham suavemente para oeste.

Os solos não aluviais do vale do Parnaíba são pouco conhecidos. Em alguns lugares dêle ocorrem também crostas lateríticas.

A vegetação natural é uma mata arbustiva semidecídua, com 6 a 8 metros de altura, entremeadada de babaçuais e carnaubais. Nessa floresta ocorrem também árvores, mas os arbustos são muito mais numerosos. Em certos lugares, os babaçuais são densos, noutros o são os carnaubais. Essa formação alonga-se desde o delta do Parnaíba, até Uruçuí, em frente à embocadura do Balsas.

Os piauienses, admitem, de maneira esquemática, que os babaçuais se estendem para leste numa faixa de 40 quilômetros de largura, a partir do leito do Parnaíba. Os carnaubais, ao contrário, continuam a formar adensamentos, sobretudo nos vales que cortam as regiões mais sêcas.

No meio da mata do vale do Parnaíba, observam-se roças de algodão, milho e mandioca, formando clareiras, algumas ponteadas de palmeiras de babaçu isoladas.

No vale do Parnaíba impera também o latifúndio, mas não se notam sintomas de decadência pelo simples fato de que aí não houve nenhum surto de progresso. A fazenda patriarcal existe desde as origens do povoamento.

Os proprietários geralmente exigem dos parceiros o pagamento de um fôro em espécie, que para o arroz é de um alqueire (30 kg) por "linha" (0,3 ha), o que corresponde a 100 quilos por hectare.

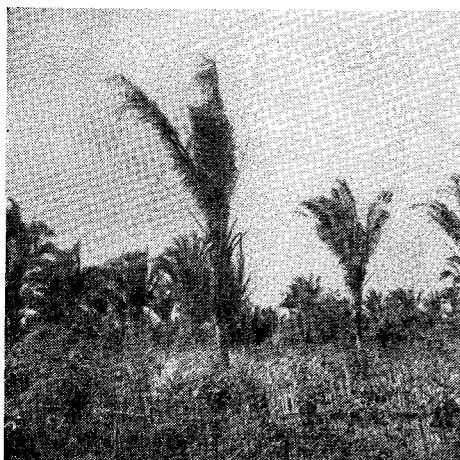


Fig. 12 — Roçado de milho em babaçal no povoado de Caruxa, município de Bacabal. Cerca de pecíolos de babaçu verticais. (Foto Orlando Valverde)



Fig. 13 — Família de lavrador maranhense, em Caruxa. Avô, filha e netos. Notar a casa de paredes de sapo e telhado de fôlhas de babaçu. (Foto Orlando Valverde)

Quando as condições da parceria impõem o pagamento do fôro em dinheiro<sup>16</sup>, o aforamento custa Cr\$ 60,00 por "linha", tanto para as roças de arroz, quanto de feijão, milho ou mandioca.

As amêndoas de babaçu são vendidas obrigatoriamente na venda do dono da fazenda, ficando para este um lucro de 1/10 a 1/15 sobre o preço de venda. Agora, que o preço no comércio local era de Cr\$ 10,00 o quilo de amêndoas, os fazendeiros as estavam comprando a Cr\$ 8,00 dos seus lavradores<sup>17</sup>.

*Os vales do Mearim e Pindaré* — A área de terras planas destes vales é muito maior que a do Itapecuru. A paisagem de testemunhos areníticos parece surgir apenas entre Ipixuna e Pedreiras. Nas vizinhanças desta cidade a paisagem natural se assemelha mais à do vale do Itapecuru.

No baixo Mearim e Pindaré é provável que a pluviosidade seja mais elevada que naquele outro vale, mas é possível também que esta impressão de maior umidade derive da maior capacidade de retenção de água dos solos argilosos dessa região.

De fato, os solos aqui apresentam o seguinte perfil: horizonte A de cerca de 30 centímetros de espessura, cinzento, sílico-argiloso, ao qual sucede um ho-

<sup>16</sup> Todos os contratos de parceria são verbais.

<sup>17</sup> Informações verbais prestadas pelo general GAYOSO E ALMENDRA, governador do Piauí e, éle próprio, fazendeiro no vale do Parnaíba.



Fig. 14 — Casa típica, tóda construída de fólhas de babaçu.  
(Foto Joaquim Bertino)

rizonte B amarelo ou laranja, argilo-arenoso, e por fim um horizonte C mosqueado. A laterização reduz-se em quase tóda parte, à formação de nódulos e veios de oxidação, sendo raros portanto os afloramentos de canga<sup>18</sup>.

Esta breve descrição sugere, desde logo, tratar-se de algum ou alguns dos solos amazônicos dos grupos argilosos (grupos 3, 4 e 5) da classificação de MARBUT<sup>12</sup>.

Éstes solos devem ser, sem dúvida, melhores que os do vale do Itapecuru, pelo menos quanto às suas propriedades físicas.

A vegetação parece refletir aqui a maior umidade, pois tudo indica que a mata primitiva fôsse de fólhas perenes.

Com tais vantagens de condições naturais, fica-se mesmo a considerar porque só recentemente foi esta região povoada, enquanto o vale do Itapecuru o foi desde longa data. É que a marcha do povoamento obedece mais às condições históricas do que às naturais. O vale do Itapecuru, continuando o do Poti, era o caminho de acesso mais fácil a São Luís, por via terrestre.

Se, do ponto de vista ecológico, a região do Mearim-Pindaré difere tanto das duas anteriores, muito maiores são estas diferenças nos aspectos econômicos e sociais.

De fato, o ponto de partida para se distinguir esta região das duas outras está na época e no tipo de povoamento: os vales do Mearim-Pindaré são uma

<sup>18</sup> Nesta excursão, o autor só teve oportunidade de observar crosta de canga, nesta região, na margem esquerda do Mearim, em frente a Ipixuna; na "tresidela" da cidade, para usar a pitoresca linguagem local.

região pioneira moderna; o vale do Itapecuru foi uma região pioneira antiga, e o vale do Parnaíba jamais foi uma região pioneira<sup>19</sup>.

Uma das diferenças fundamentais entre as zonas pioneiras modernas e antigas do Brasil consiste em que estas eram voltadas exclusivamente para os mercados externos, ao passo que aquelas produzem para o mercado interno. Para poder competir no comércio internacional tornava-se necessária grande aplicação de capital; daí terem surgido as *plantations*, como as do vale do Itapecuru. Mas, para produzir arroz e algodão para o Nordeste e as praças do Rio e São Paulo não era preciso capitais avultados, nem abundante mão-de-obra assalariada. Estavam, pois, criadas as condições para o desenvolvimento das pequenas explorações agrícolas, tocadas, principalmente, por meeiros de outras regiões, que migram em busca de novos horizontes de trabalho e de oportunidade para ascender na escala social<sup>20</sup>.

Além disso, os capitalistas no Brasil perderam o interêsse na agricultura, que proporciona taxas de juros relativamente pouco elevadas, preferindo fazer investimentos na indústria e no comércio. Tem concorrido também para isso, sem dúvida, a rápida desvalorização da moeda.

Assim, a área do Mearim-Pindaré tem sido povoada por gente proveniente do Ceará e Piauí, que, na opinião do atual prefeito de Bacabal, deve constituir cerca de 80% da população dêsse município.

Êsses pequenos lavradores dedicam-se sobretudo ao cultivo do arroz, algodão, milho e feijão. Os dois primeiros são culturas comerciais por excelência. O arroz é vendido para o próprio estado, o Nordeste e, mais recentemente, para o Rio e São Paulo. O algodão vai, preferentemente, para as fábricas de tecidos de Caxias e do Nordeste<sup>21</sup>. O milho serve para a alimentação dos porcos, mas é utilizado também, como o feijão e o arroz, na subsistência das famílias.

Em tôdas essas culturas se emprega o sistema de roças, plantando-se em cada campo uma só vez, tal qual se faz nas zonas velhas do Itapecuru e do Parnaíba.

A região do Mearim-Pindaré é, entretanto, uma zona pioneira viva, em franca atividade. Bacabal parece ser a "etapa principal", isto é, uma espécie de centro de abastecimento dessa zona. É possível, contudo, que essa função seja, em parte, compartilhada com Pedreiras e Ipixuna.

Vitorino Freire, Lago da Pedra (recentemente elevados à categoria de municípios) e, talvez, Pindaré Mirim são "etapas secundárias"<sup>22</sup>.

Nas velhas fazendas do Itapecuru e do Parnaíba, as casas dos parceiros estão longe da sede da fazenda, dispersas, cada uma junto dos seus roçados.

<sup>19</sup> A êsse respeito, veja-se o capítulo "Conceito de zona pioneira" (págs. 390-2) do artigo de L. WAIBEL: "As Zonas Pioneiras do Brasil". *Rev. Bras. Geog.*, ano XVII, n.º 4, out.-dez. 1955, págs. 389-422.

<sup>20</sup> Op. cit., pág. 405.

<sup>21</sup> Aqui se pode observar diretamente como o algodão é importante produto comercial. Os ranchos dos arbustos que beiram os caminhos vicinais ficam cheios de fiapos de algodão, que são arrancados quando por aí passam os caminhões carregados de fardos.

<sup>22</sup> Como a frente pioneira, perto de Matinha, Penalva e Viana, não foi visitada nesta excursão, não sabemos se estas cidades são outras tantas etapas secundárias, ou se têm comunicações diretas com São Luís, independentes de Bacabal, pelas águas do rio Pindaré abaixo.

A vizinhança da casa do fazendeiro faria possivelmente lembrar os tempos da escravidão. Gerou-se, assim, nessas regiões, um *habitat* disperso.

O regime de pequenas propriedades reinante na região do Mearim-Pindaré não deu origem somente a um *habitat* disperso, conforme é típico das demais zonas pioneiras do Brasil. Juntamente com este, ocorre um tipo de *habitat* concentrado, que é representado por aglomerações quase exclusivamente rurais, verdadeiras aldeias. Aí, as atividades urbanas se restringem a uma venda. Esses núcleos recebem a denominação local de "centros" e transparecem na nomenclatura dos mapas dessa região: Centro dos Vaqueiros, Centro Novo, Centro Velho, Centro dos Carpinas, do Zé Machado, do Meio, dos Aguiar, dos Carecas, do Boi, Centrão... Há portanto um padrão misto de *habitat*.

Os tipos de habitação, nesta região, são iguais aos das áreas de povoamento antigo, com a circunstância apenas de que as casas feitas totalmente de palha igualam mais ou menos em número as casas de sopoço.

#### *Problemas econômicos do babaçu*

O gráfico da produção de babaçu e arroz do Maranhão nos últimos anos (fig. 1), organizado de acordo com os dados numéricos contidos no relatório do Grupo de Estudos do Babaçu (CEB), revela fatos interessantes que merecem exame acurado. O arroz acusa uma subida em flecha a partir de 1951, tanto em quantidade quanto em valor, concordando aliás com a expansão dos mercados e da área cultivada. Tal não acontece, entretanto, com o babaçu que, apesar da rápida ascensão do valor, a começar de 1952, não alterou sensivelmente a sua produção desde 1948, não obstante, o avanço da frente pioneira, a partir desse ano. O mapa II e os vários mapas elaborados pela Campanha da Produção, da Associação Comercial de São Luís, deixam em evidência que a área disponível para a extração do babaçu aumentou substancialmente.

Algum economista desavisado poderia talvez pretender interpretar esses fatos com base na decantada lei da oferta e da procura, já que não existe monopólio nem na produção, nem no comércio. Qualquer que seja a panacéia da economia a aplicar nesse caso, conduzirá ela certamente a conclusões falsas, se não se conseguir penetrar na intimidade das forças econômicas em jogo.

Assim como, para interpretar o relevo de uma região, somos obrigados a fazer incursões no campo da Geologia, o conhecimento perfeito deste fato da Geografia Econômica, que é a produção do babaçu, requer que penetremos na esfera própria da economia. E aí, vamos encontrar um entrechoque de interesses diversos, que se debatem numa competição caótica.

Logo no início de nossa excursão tivemos oportunidade de visitar duas grandes fábricas de óleo abandonadas.

Uma delas, instalada na ilha de São Luís, pertence a conhecido homem de negócios de São Paulo e possui prédios e parte da aparelhagem magníficos. Contudo, informaram-nos lá que a fábrica só trabalhou 45 dias e depois parou "por falta de verba".

O transporte dos coquilhos até a fábrica era feito por via fluvial, rodoviária (caminhões) e ferroviária (tendo, para isso, um desvio).

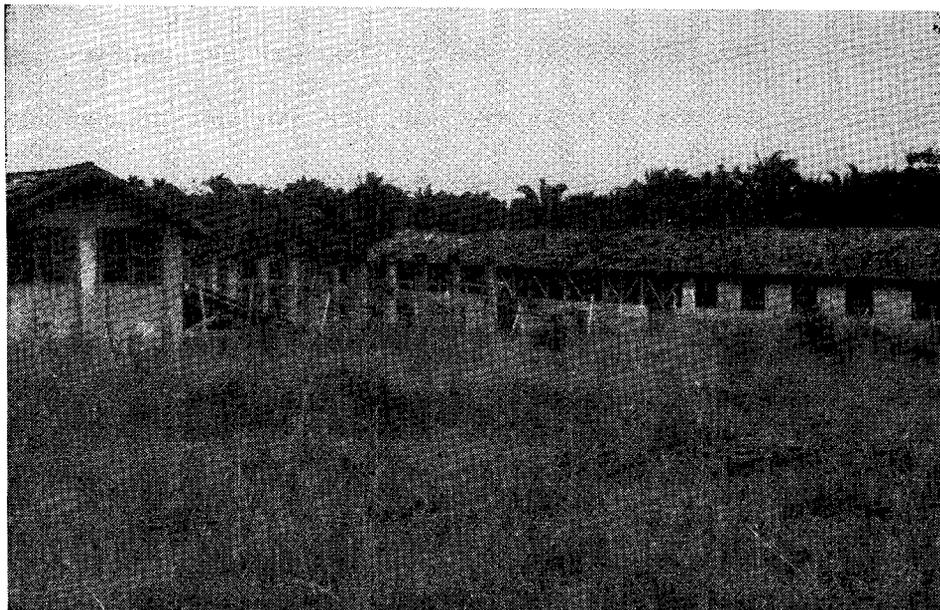


Fig. 15 — Vista parcial dos prédios abandonados da fábrica de produtos derivados do babaçu, em Queiru.

(Foto Orlando Valverde)

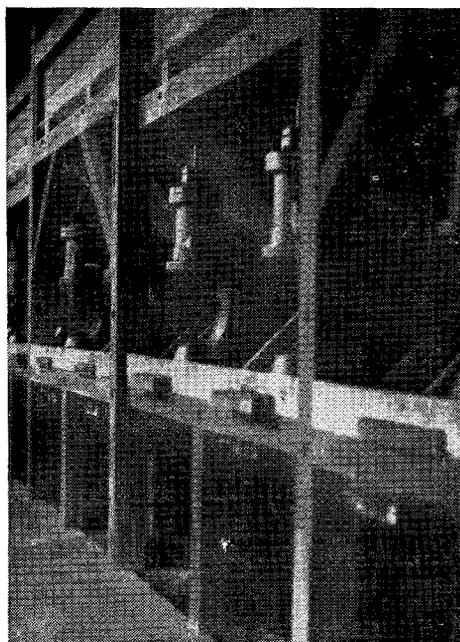


Fig. 16 — Parte das 40 máquinas de quebrar coquilhos, movidas a vapor, em abandono na fábrica de Queiru.

(Foto Joaquim Bertino)

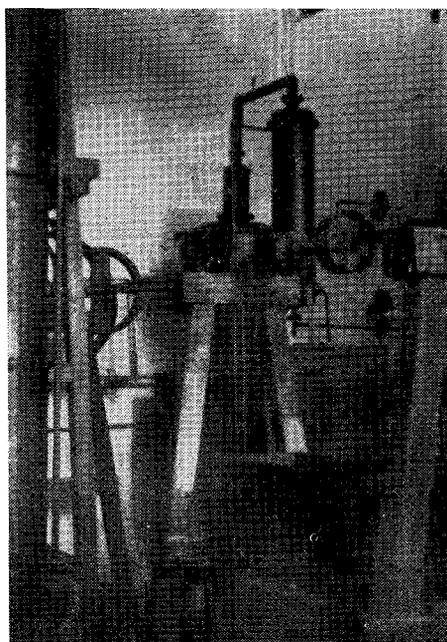


Fig. 17 — Caldeira para destilação da casca, alambique, colunas de destilação e um filtro-prensa de três placas. Tudo abandonado na fábrica de Queiru.

(Foto Joaquim Bertino)

A usina teria capacidade para absorver 1 500 sacas de amêndoas, ou sejam, 90 toneladas, em 24 horas; e produziria 45 toneladas de óleo, além do sabão e da torta.

Uma parte das máquinas é de valor discutível, como a de quebra do coquilho; mas outras secções jamais funcionaram, como a da extração do resíduo de óleo da torta rica e a do refino, nem jamais poderiam funcionar.

Apesar das instalações técnicas do refino serem deficientes, já havia lá, antes, todo o aparelhamento para a fabricação de glicerina e de velas, que foi vendido e removido<sup>23</sup>.

Em Quelru, visitamos as instalações de outra fábrica ainda maior, que tomba em ruínas, pertencente a uma companhia paulista (fig. 15). A maquinaria desta fábrica era mais complexa (figs. 16 e 17), visto que tinha em mira o aproveitamento integral do babaçu, inclusive para fazer alcatrão e um sucedâneo de chocolate. (Disseram-nos que êste chegou a ser vendido no comércio, em São Luís).

Das visitas a êsses "cadáveres" de indústrias pode-se concluir que foram cometidos os seguintes erros:

1 — Falta de planejamento — várias máquinas são inadequadas e jamais poderiam funcionar satisfatoriamente.

Os fatos demonstram, além disso, que não se deve começar a industrialização do babaçu procurando extrair dêle um grande número de produtos. Isto exigiria um capital astronômico, superior a 100 milhões de cruzeiros. Deve-se partir do óleo e da torta; depois, vai-se, aos poucos, diversificando a produção, conforme as possibilidades.

2 — Falta de orientação técnica — Havia, na direção de uma das fábricas, pelo menos, pessoas pouco versadas em química industrial. Houve também casos de desentendimento entre a direção técnica e os capitalistas das firmas.

3 — O crédito fácil e a má organização das empresas concorreram para que estas fôssem rapidamente levadas a uma situação de insolvência.

Os compradores e exportadores atribuem, geralmente, a escassez e o mau preparo das amêndoas de babaçu à indolência e à má fé dos caboclos.

De fato, êsse preparo está bem longe das condições ideais. Ainda está muito divulgada a idéia de que a quebra do coquilho só deveria ser feita sem ferir as amêndoas, pois isto provocaria a oxidação, prejudicando a qualidade. Êsse inconveniente não existe, mormente quando se faz a secagem antes ou depois da quebra. Quando é feita antes, facilita a separação da amêndoa do coquilho. Uma cabocla de Quelru, interrogada a êsse respeito, respondeu: "Côco sêco é bom p'ra quebrar, mas atrasa no pêsô". Como a mercadoria é vendida aos quilos, êles vendem no mesmo dia em que quebram. Usam ainda mil e um recursos que os favoreçam no pêsô. Deixam, por exemplo, certa quantidade de cascas aderentes às amêndoas, juntam terra, areia, etc. Normalmente, a quantidade de impurezas contida numa saca de babaçu corresponde a cêrca de 10% do pêsô.

<sup>23</sup> O autor agradece ao Dr. JOAQUIM BERTINO DE MORAIS CARVALHO os valiosos esclarecimentos que prestou sôbre tecnologia, planejamento e economia industrial, durante tôdas as visitas a fábricas realizadas no decorrer da excursão.

Numa fábrica de São Luís foi-nos exibida uma saca contendo 50% de impurezas. Esta, porém, é excepcional ... caso não tenha sido preparada para impressionar os membros da Comissão.

As cascas aderidas às amêndoas acarretam graves prejuízos, porque quebram, com frequência, a máquina de esmagar as amêndoas.

Os caboclos lançam mão também de outros recursos, para evitar a “quebra” no pêso das amêndoas de babaçu. Às vêzes, se não podem vendê-las logo, molham-nas com água salgada. Outros, precisando muito de dinheiro, cortam o cacho verde, cobrem-no com fôlhas e fazem, em cima, uma fogueira leve; no dia seguinte, quebram o côco e vendem as amêndoas<sup>24</sup>. Uma variante dêste processo se faz sem cortar o cacho: o caboclo faz uma tocha na ponta de um bambu, com fôlhas, papéis ou trapos, e com ela chamusca os côcos. Dentro de três dias, todos êles estão caídos.

Um dos recursos que nos foi relatado toca às raias do inacreditável pela falta de escrúpulos que envolve: colhidas e extraídas as amêndoas por processo normal, não podendo elas ser vendidas logo, tôda a família do caboclo urina em cima, durante 5 ou 6 dias. Essas amêndoas não “quebram” no pêso<sup>24</sup>.

É verdade que, com estas falsificações, grande parte das amêndoas não chega ao exportador: vira pó ou mela.

Tais inconvenientes perdurarão enquanto produtores e compradores estiverem dissociados, e sobretudo quando os primeiros forem gente miserável e sem instrução. A prova disso é que nas zonas velhas do Itapecuru e do Parnaíba tais fatos se verificam com menos frequência. Declarou-nos um fazendeiro do Parnaíba que, quando um dos parceiros vem vender amêndoas com impurezas demais na sua venda, êles jogam fora e não pagam. (Justiça da casa).

Não só entre produtores e compradores dão-se êsses fatos desagradáveis. Entre as firmas comerciantes e industriais de uma mesma praça a concorrência leva ao uso de processos não muito ortodoxos. Firms exportadoras, por exemplo, obtiveram um contrato de venda de amêndoas à Espanha para entrega a longo prazo. Conseguiram, a proibição de venda ao exterior, sob alegação de que o babaçu era indispensável ao mercado nacional, e às associações dos compradores do Rio e de São Paulo fizeram constar que havia estoques de mercadoria armazenados em São Luís, a fim de provocar uma alta de preços. O resultado foi que, no mercado interno, a cotação baixou de Cr\$ 1 200,00 para Cr\$ 900,00 e as firmas vendedoras ficaram em situação difícil, sem poderem exportar. A conseqüência mais grave será a queda brusca dos preços nas zonas de produção, que de Cr\$ 10,00 deverão cair a cêrca de Cr\$ 5,00 o quilo. Nestas circunstâncias, o caboclo desanima, não quebra o coquilho e a produção baixa sem que haja para isso causa evidente.

A luta entre os compradores das diversas praças onde se faz a industrialização e o comércio do babaçu no Nordeste se processa de maneira tenaz e sem peias. Caminhões vindos de Fortaleza e do Recife, uns pertencentes a firmas comerciais ou industriais, outros particulares, atravessam o Piauí e trazem

<sup>24</sup> Informação verbal do Eng.º Agr.º HONÓRIO DE MIRANDA CEDEON, diretor do Campo de Multiplicação de Sementes, de Coroatá.

sal, produtos industriais, gente, etc., e voltam levando babaçu, arroz, algodão, comprando diretamente na porta do caboclo a bom preço ou fazendo mesmo transações de simples troca, nas quais certamente o motorista sempre leva vantagem. A essa concorrência perigosa os compradores de São Luís revidam, fazendo, por intermédio de suas relações com políticos, “sabotagem” à construção de rodovias, a cargo do DER, que deveriam ligar os vales do Itapocuru e do Mearim com a fronteira piauiense. Existe, por isso, uma solução de continuidade nas estradas maranhenses, que redundam numa espécie de “terra de ninguém” entre as duas esferas de influência.

Mais impiedosa ainda é a luta entre os grupos de firmas de praças comerciais do mesmo estado, como sucede entre São Luís e Caxias. Esta cidade está submetida, desde alguns anos, a um verdadeiro “bloqueio” econômico que faria inveja a um bem organizado cêrcio militar. Tudo porque Caxias concorre vantajosamente, com a sua indústria e seu comércio, com São Luís, nas praças nordestinas.

Vários fatores políticos têm influído para retardar ao extremo a construção da rodovia de Caxias a Teresina, a qual, entretanto, faz parte do Plano Rodoviário Nacional e tem sido dada, muitas vezes, por construída. O seu percurso é de apenas 65 quilômetros de chapadas, sem obstáculos de qualquer natureza; não obstante, estão “trabalhando” na sua abertura há cinco anos e, segundo testemunho autorizado e equânime, levará, pelo menos, mais três.



Fig. 18 — Casa tóda de palha de babaçu, de um caboclo de Lagoa, perto de Bacabal.  
(Foto Orlando Valverde)

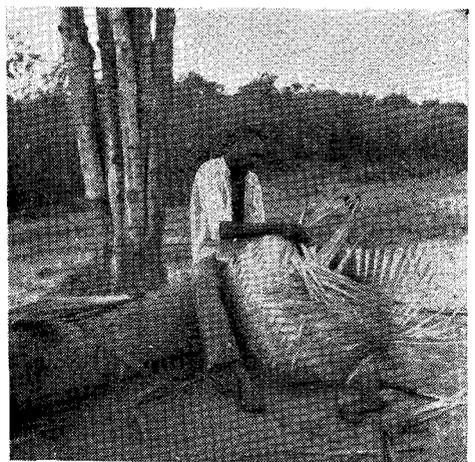


Fig. 19 — Lavrador tecendo um cêsto com fôlhas de babaçu, no povoado Deus Vale, na estrada Bacabal—Ipiruna.  
(Foto Orlando Valverde)

Como um bloqueio por um só lado ficaria imperfeito, o trecho Caxias-Codó, para oeste, não foi concluído; para Colinas, ao sul, ficou interrompido há muito, e não foi reparado, e na própria estradinha que vai a Coelho Neto, ao norte, buracos e bueiros destruídos desafiam os motoristas mais audazes. A navegação fluvial praticamente não existe; e, para completar, alguns exportadores caxienses não puderam usar a estrada de ferro durante dois anos, cujos vagões nunca lhes reservavam lugar.

Em consequência, a produção de babaçu em Caxias caiu de 12 000 000 quilos para 4 000 000 <sup>25</sup>. O vulto dos negócios diminuiu a tal ponto que a agência do Banco do Brasil foi reduzida da 3.<sup>a</sup> para a 5.<sup>a</sup> categoria <sup>26</sup>.

Tôdas essas são lutas inglórias, mas existem. Naturalmente, como diz o povo, “a corda sempre rebenta do lado mais fraco”. É o caboclo, afinal, o que mais sofre, porque não tem reservas financeiras e está na base da pirâmide econômica e social. Por uma ironia, é a êle, à sua indolência e má fé, que se atribui a causa de todos os males. Contudo, não são, conforme se vê, as manobras e espertezas dos caboclos as que causam maiores danos à economia.

O Maranhão proporciona um exemplo, a bem dizer, didático de anarquia na produção e no comércio, intimamente geminado com o caos político.

### *Problemas sociais e as “fórmulas salvadoras”*

É ilusório o conceito de que a produção de babaçu tenha importância fundamental na vida econômica e social do Maranhão, embora ocupe o primeiro lugar na quantidade e valor da produção vegetal do estado. A extração do babaçu é atividade complementar à agricultura. Alguns a comparam

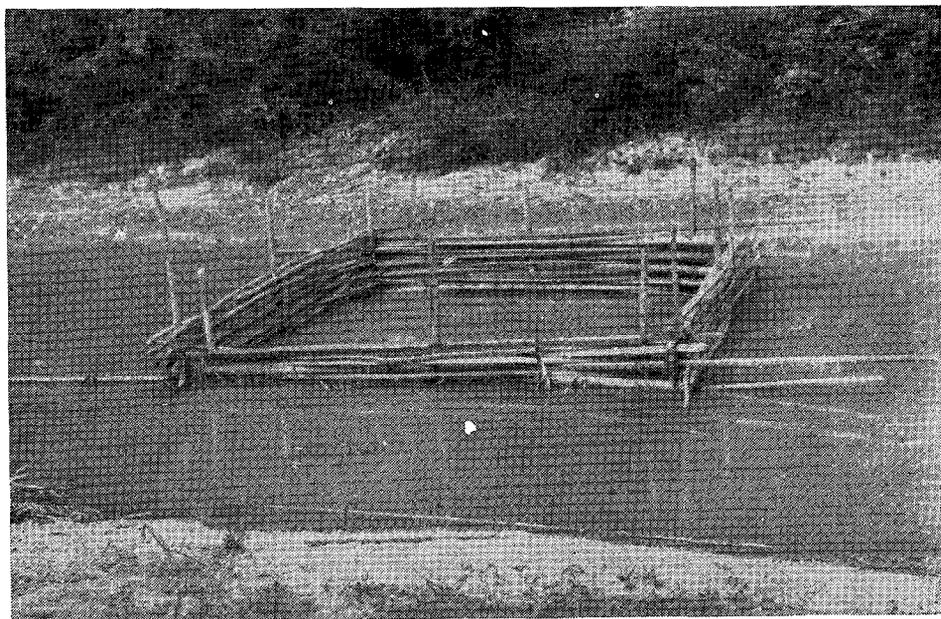


Fig. 20 — Cercado feito de talos de fôlhas de babaçu para fazer farinha d'água, na margem da rodovia entre Peritoró e Codó.

(Foto Orlando Valverde)

a um banco, paralelo que não acho muito feliz, porque um banco pressupõe a existência de reservas. Seria, quando muito, um “banco da fome” ou “da miséria”, organização *sui generis*, à qual se recorreria para não morrer.

Sendo, porém, a agricultura suplementada por uma coleta comercial, seria de se esperar que as condições do lavrador fôsem melhores que o usual dentre

<sup>25</sup> Informação verbal do presidente da Associação Comercial de Caxias.

<sup>26</sup> Informação da Agência do Banco do Brasil, em Caxias.

os demais que só dispõem dos produtos da lavoura. Mas a observação de campo nos conduz a um paradoxo: os níveis de vida da população rural são extremamente baixos! Só uma pesquisa *in loco* mais prolongada poderá dar uma explicação satisfatória para tal problema.

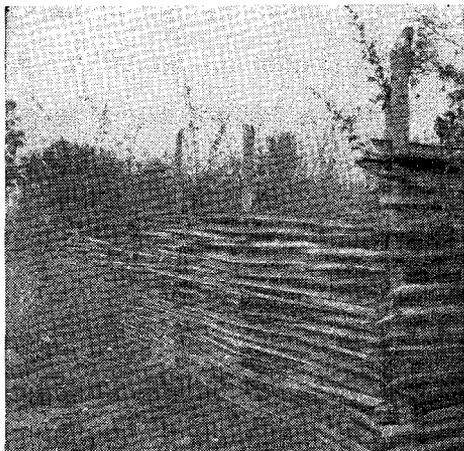


Fig. 21 — Cerca de talos horizontais de folhas de babaçu, em Lagoa, perto de Bacabal.  
(Foto Orlando Valverde)

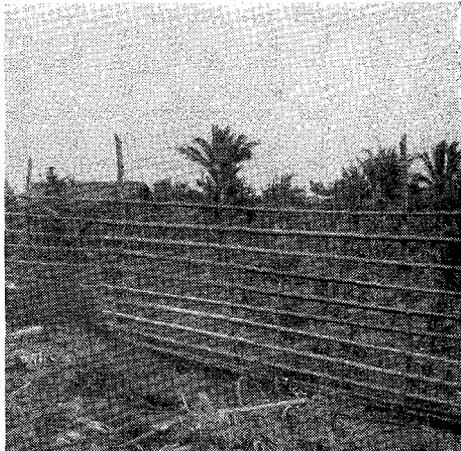


Fig. 22 — Roça de fumo com cerca de talos horizontais de babaçu espaçados. No fundo, casa de palha e babaçual. A 9 quilômetros de Ipiruna (estrada para Piratininga).  
(Foto Orlando Valverde)

Já nos referimos aos tipos regionais de habitação: a casa de sapapo e a casa de palha. A sua adaptação ao ambiente é um fato que faria transbordar de alegria a um geógrafo determinista ratzeliano. Mas esta adaptação não

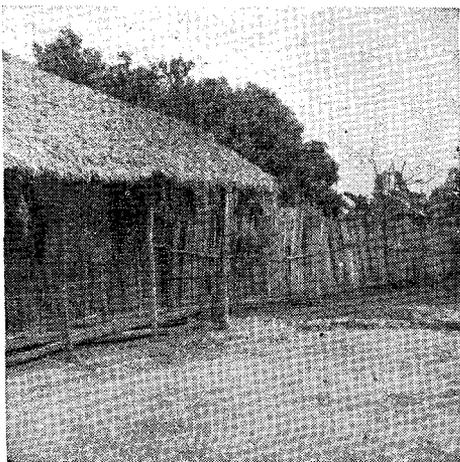


Fig. 23 — Cerca de talos verticais de folhas de babaçu, em Lagoa, perto de Bacabal.  
(Foto Orlando Valverde)

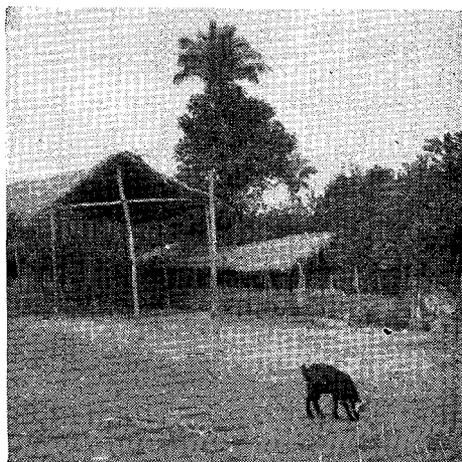


Fig. 24 — Coberta para abrigar caminhões e carros, à margem da rodovia BR-21, em Peritoró.  
(Foto Orlando Valverde)

resulta de um desejo ou de uma manifestação de cultura, e sim da miséria que não permite ao pobre adquirir qualquer coisa além do que a própria natureza lhe fornece. Por isso, poderíamos referir-nos a um verdadeiro "ciclo do

babaçu”, no interior do Maranhão e do Piauí, à semelhança do “ciclo do couro” no vale do São Francisco, mencionado por CAPISTRANO. As amêndoas do babaçu são vendidas ou comidas cruas. Com a palha da palmeira cobrem-se as casas, fazem-se paredes (figs. 13, 14 e 18), esteiras, balaios (fig. 19), cercados para preparar a farinha d’água nas lagoas (fig. 20), cercas para os roçados, toldos para abrigar viaturas (figs. 21, 22, 23 e 24), etc. O palmito é dado aos cavalos, jumentos e porcos para comer, mas servem também à alimentação do homem.

Nos arredores de São Luís, as casas cobertas de palha, a floresta, o calor úmido, a população densa e fortemente melanizada, dão à paisagem um toque africano, que sugere alguma coisa da Guiné.

Em contraste com êsses extremos de miséria, a alimentação das famílias rurais no Maranhão não é pior do que a das do sertão do Nordeste, do médio São Francisco e do Planalto Central. Pelo contrário, no Maranhão parece haver maior variedade de alimentos: arroz, babaçu, farinha d’água, feijão, milho, frangos, cabritos e porcos. A boa dentição dos caboclos é digna de nota. Não se encontram aqui, com freqüência, os sintomas de carência alimentar, a pele apergaminhada de velhice precoce, tão comuns nas outras regiões referidas.



Fig. 25 — Lavradores de São Luís do Vale, povoado na estrada de Bacabal e Ipituna. Todos são do Ceará e do Piauí.  
(Foto Orlando Valverde)



Fig. 26 — Família de caboclo cearense, num engenho de bolandreira, produzindo cachaça. Engenho Acarape, perto de Ipituna.  
(Foto Orlando Valverde)

As doenças campeiam livremente, é verdade, devido à falta de assistência médica, mas as de maior incidência não resultam de subnutrição; são moléstias sociais ou endêmicas: o tracoma, a bouba, as doenças venéreas e a malária<sup>27</sup>.

Apesar da tremenda influência igualitária da miséria, existem diferenças profundas nos aspectos sociais e psicológicos dos caboclos cearenses (e piauienses) do vale do Mearim e dos caboclos maranhenses do vale do Itapecuru.

O cearense é trabalhador, tem iniciativa, está disposto a abrir caminho a um futuro melhor para sua família a qualquer preço. Esta é um clã patriarcal; não obstante, todos trabalham: homens, mulheres e crianças (figs. 25 e 26).

<sup>27</sup> Informação verbal do prefeito de Bacabal, que é médico.

O respeito à honra do lar, sobretudo no que toca às mulheres, tem qualquer coisa de místico. As infrações a êsse código não escrito são lavadas com sangue, a "peixeira". Os crimes são frequentes e o jôgo é um flagelo social.

O caboclo maranhense é um vencido; a condição de dependência econômica, a tradição escravagista, a indolência o derrotaram. A sua função social quase se reduz à de um mero reprodutor da espécie. As mulheres, porém, trabalham desde tenra idade. Desde os 6 ou 7 anos começam a quebrar côco para se vestir e se enfeitar, mas aos 16 ou 17, na maioria, se prostituem<sup>28</sup>.

Os laços de família são frouxos. As cenas mais degradantes observam-se em restaurantes à beira da rodovia-tronco de Codó a S. Luís, em que jovens adolescentes servem as mesas e provocam os viajantes ao deboche, ante os olhos indiferentes dos parentes mais velhos. Nesta região, as figuras do motorista de caminhão e do caixeiro-viajante desempenham papel de desagregação social.

As pessoas de classe abastada e média tratam normalmente os caboclos do Itapecuru aos gritos, e êstes não reagem, acham natural, mesmo que não haja entre uns e outros relações de patrão para empregado. Tal atitude choca o forasteiro.

Muitos têm sido os remédios, propostos ou tentados, para resolver êsses intrincados problemas sociais. Um dos que têm tido maior aceitação nos meios cultos é a colonização. A população regional a vê com cepticismo, se não com hostilidade.

A causa dessa atitude, é necessário que se diga, foi a falência dos dois projetos de colonização, ambos oficiais, recentemente esboçados: o Núcleo Colonial do Alto Mearim, perto de São Lourenço do IPIXUNA, e o Núcleo Colonial de Barra do Corda. O primeiro acarretou algumas despesas — máquinas, construções —, mas não chegou a introduzir colonos em suas terras. Óbices administrativos fizeram a idéia morrer no nascedouro.

O segundo projeto era mais ousado e foi mais longe. Tratava-se de povoar com pequenos proprietários uma grande área de terras devolutas. Os organizadores, como não se dispusesse de estradas, fizeram sobrevoar por avião uma área correspondente a um quadrado que teria de lado a distância percorrida em uma hora de vôo. Mas, como se pretendia fazer uma colonização "nos moldes clássicos", a primeira medida tomada foi expulsar os posseiros dessas terras. Ora, Barra do Corda é um município que estava começando a exportar arroz, com base na produção das roças dessa gente. O resultado não se fêz esperar: a exportação cessou e o arroz faltou até para o abastecimento da cidade<sup>29</sup>. Entrementes, o projeto se desenvolvia com lentidão — construções, pagamentos de funcionários, máquinas — até que caiu no descrédito geral e no abandono.

Compreende-se, pois, que a desconfiança popular tem justos fundamentos. A megalomânia — grandes organismos centralizadores, grandes projetos — e a

<sup>28</sup> Informação verbal do Dr. HONÓRIO DE MIRANDA GEDEON, de Coroatá.

<sup>29</sup> Informação verbal prestada na Associação Comercial, de Bacabal e confirmada em inquéritos posteriores.

cultura livresca tem matado muita iniciativa e custado muito dinheiro ao governo neste país.

Outros preconizam a colonização estrangeira (o que está, aliás, muito de acôrdo com os preconceitos sôbre a "malandragem" do nosso homem rural). Tal medida não se toma hoje, entretanto, sem despesas avultadas. E convenhamos que fazer tais despesas para garantir o colono estrangeiro, deixando o nacional ao abandono, entregue à miséria e à expliação, há de gerar um sentimento local de revolta, de conseqüências imprevisíveis.

Houve, contudo, alguns entendimentos prévios, tendo em vista colocar colonos japoneses na ilha de São Luís para desenvolver a horticultura e fruticultura nas vizinhanças da capital. Mas, hoje em dia, os países de emigração

não deixam os seus súditos entregues ao seu próprio destino. Foi exigida a demarcação dos lotes, a entrega imediata de títulos de propriedade e o pagamento de Cr\$ 100 000,00 para cada família.

Qual será, portanto, o governo de país civilizado que deixará seus compatriotas irem para o interior, com um futuro incerto pela frente, num meio sem recursos, quase sem comunicações e socialmente atrasado?

Outra das soluções aventadas para melhorar as condições da produção de babaçu e, por conseguinte, da economia, tem sido o desbaste dos babaçuais nativos. O relatório intitulado "Babaçu — Economia a Organizar" enfeixa êsse objetivo e o anterior numa expressão incisiva e didática: "terra para o homem e espaço para o vegetal"<sup>30</sup>. Quanto a esta segunda parte, porém, o citado relatório não dá pormenores de como fazer o desbaste.

Há quem sugira que o desbaste de um hectare de babaçal custaria, em média, Cr\$ 500,00. Nada disso foi confirmado nos numerosos inquéritos que realizamos com lavradores e agrônomos experimentados do Maranhão. Todos êles citaram quantias que variavam entre Cr\$ 3 500,00 e Cr\$ 5 000,00<sup>31</sup>.

Deve-se, logo, pôr de lado, *in limine*, tôdas as propostas de "projetos grandiosos" de desbaste, porque acarretarão despesas astronômicas e serão difíceis de fiscalizar.

É preciso levar em consideração que o caboclo já faz, por si próprio, o desbaste quando abre a sua roça na mata (figs. 27 e 28). Se êle não o faz



Fig. 27 — Roça de mandioca com bananeiras, perto de Bacabeira, Maranhão.  
(Foto Orlando Valverde)

<sup>30</sup> Op. cit., pág. 11.

<sup>31</sup> Avaliação feita pelo Dr. WALTER DE MATOS CARVALHO: Cr\$ 3 500,00 a Cr\$ 4 000,00, na melhor das hipóteses.

Estimativas do Dr. GEDEON, de Coroatá, já muito citado:

Mato ralo: Cr\$ 1 500,00;

em mata densa: Cr\$ 4 000,00 a Cr\$ 5 000,00;

idem, sem queimar: Cr\$ 7 000,00.



Fig. 28 — Babaçal desbastado em antiga roça, perto de Peritoró. Sub-bosque de arbustos com pindovas.

(Foto Orlando Valverde)

convenientemente, é porque não tem orientação técnica. Ora, sempre será muito mais barato e mais educativo dar essa orientação ao caboclo do que fazer uma vasta operação às expensas do govêrno.

O desbaste de uma certa área de babaçual poderia ser uma parte do pagamento de um lote e condição para o gôzo pleno de sua propriedade. O caboclo, então, faria o trabalho com afã e docilidade.

O documento que os membros do GEB trouxeram da excursão assinado em São Luís contém sugestões que poderiam servir de ponto de partida ao estudo minucioso do problema do desbaste.

A mais desassissada das "medidas redentoras" foi um projeto de lei para a criação de um Instituto do Babaçu, com a finalidade de organizar e fomentar a produção. Criar uma autarquia significa lançar impostos sôbre a produção, montar uma complexa máquina burocrática, arranjar empregos para os protegidos de políticos sem nenhuma qualificação . . . Corresponderia, portanto, a desorganizar ainda mais uma produção que já é insuficiente, por si só, para sustentar a economia dos dois principais estados produtores.

J. BERTINO DE MORAIS CARVALHO<sup>32</sup>, com uma argumentação cerrada e segura, pulverizou essa infeliz iniciativa, fazendo-a ruir por terra.

Há, por fim, uma grande verdade, escrita no relatório do Conselho Nacional de Economia — a maior, a meu ver —, que exprime bem como urge solucionar êsses problemas do Maranhão: o que reina atualmente lá é "um clima de balaiada"<sup>33</sup>.

### *Conclusões e recomendações*

Não se pode pretender, olhando um problema regional tão complicado apenas pelo ângulo da Geografia, apresentar sugestões definitivas, muito embora a ciência geográfica tenha âmbito comum com muitas outras ciências naturais e sociais.

Por outro lado, o próprio ato que criou o Grupo de Estudos do Babaçu prudentemente restringiu suas conclusões à solução dos problemas a curto prazo. Os de longo alcance certamente demandarão estudos mais extensos e profundos.

As idéias expostas na primeira parte dêste trabalho já indicam os rumos gerais que devem tomar as pesquisas geográficas, ecológicas e agronômicas relativas ao babaçu.

A colonização deve ser orientada, antes de tudo, para uma forte mobilização dos serviços de demarcação e entrega de títulos de propriedade, a fim de pôr côbro à torpe "indústria da grilagem".

A orientação do desbaste nas zonas novas deve ficar entrosada com a colonização.

Conforme conclui o relatório do GEB, a organização do crédito aos produtores só poderá ser levada a efeito, na medida que êstes se apropriem da terra que cultivam.

<sup>32</sup> Op. cit.

<sup>33</sup> Op. cit., pág. 9.

A abertura dos caminhos vicinais é uma realização de valor indiscutível para o aumento da produção de babaçu. Nessa iniciativa, a Campanha da Produção, da Associação Comercial de São Luís, merece apoio do governo, porém êste deve, através da fiscalização, impedir que os serviços sejam orientados ou paralisados com objetivos de luta comercial, em que os caboclos e a economia do Brasil sofrem os prejuízos maiores.

A quebra mecânica do babaçu nos centros locais de produção é outro passo para o aumento desta e base para a industrialização do babaçu no estado. As falências de indústrias novas fornecem uma prova, aliás custosa, de que elas jamais devem ser instaladas sem a garantia de um fornecimento regular de matéria-prima.

As pesquisas para a obtenção de máquinas de quebrar o coquilha, com alto rendimento, devem ser incentivadas<sup>34</sup>.

A assistência médica, social e econômica à população de lavradores e produtores de babaçu não deve ficar a cargo de um só órgão, gigantesco e onipotente. Há vários órgãos governamentais, autárquicos ou ministeriais, que deverão colaborar num plano geral único, supervisionado por uma comissão pequena. (Êsses órgãos seriam, por exemplo, SPVEA, CNER — Min. Educ., SESP, IO, IBGE e outros).

A organização de *plantations* de babaçu por organizações privadas, como as de coqueiro da praia, que existem em outros países tropicais, torna-se tarefa economicamente difícil num país como o Brasil, cuja moeda se desvaloriza rapidamente.

Levando-se em conta, entretanto, que a maquinaria industrial para a extração do óleo é mais ou menos a mesma, quer se trate do de algodão, amendoim, gergelim, babaçu, tucum, dendê ou côco da praia, deverá o governo conduzir as pesquisas agrônômicas, juntamente com as de economia agrícola, encarando a possibilidade futura de serem criadas *plantations* dedicadas à cultura de um conjunto de plantas oleaginosas. Não há, por conseguinte, um problema só do babaçu, a ser resolvido isoladamente.

O Piauí tem problemas sociais e econômicos muito mais simples. Além disso, suas autoridades sempre manifestaram seus objetivos muito claros e consistentes.

Nem por isso, contudo, êsses objetivos são modestos. Desejam êles nada menos que uma autarquia, com dotação anual de 0,5% da receita federal, para o desenvolvimento do vale do Parnaíba.

Sabemos que não é justo que um estado da Federação, que não dispõe de meios suficientes, fique votado ao abandono. Mas o governo deve proceder com cautela, a fim de que tal projeto contribua realmente para o soerguimento da economia do Piauí.

---

<sup>34</sup> O problema é antigo e de difícil solução. No Departamento de Propriedade Industrial, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, existem 48 requerimentos de patentes de máquinas para quebrar côco babaçu e semelhantes. (J. RIBAMAR TEIXEIRA LEITE: "Industrialização da casca do côco babaçu". Dep. Nac. Ilum. e Gás, MVOP., 1953, 74 pp. Discriminação às págs. 70 a 73).

Não obstante, nenhuma dessas máquinas resolveu definitivamente a questão, que continua em aberto.

## RÉSUMÉ

Le babaçu est le fruit d'un palmier (*Orbygnia speciosa*, BARB. RODR.). Parmi d'autres utilités il donne une huile qui convient pour la fabrication de comestibles, aussi bien que de certains types de savons. En dépit de ses nombreuses applications l'on n'a pas vérifié dans sa production une augmentation sensible au cours des derniers dix ans.

L'étude du problème du babaçu est très difficile en vertu de l'inexistence de certaines données fondamentales, telles que: régions où l'on trouve plus copieusement, nombre moyen de palmiers par hectare, époque où a lieu la fructification, périodes normales de production, nombre moyen de régimes par palmier, espacement convenable entre les arbres etc.

Les procédés d'extraction sont très rudimentaires. Les coques sont cueillies dans les arbres (lesquels poussent à l'état sauvage), brisés à l'aide d'une hache et d'une masse et vendus au marché le plus rapproché. Les amandes sont achetées par des firmes de São Luís, de Parnaíba et de Teresina, qui les manufacturent, ou bien les revendent.

Le transport des amandes de babaçu est très précaire. Il se fait surtout par camions qui dépendent des voies vicinales. Celles-ci ne sont traficables que trois mois par an. Dans le but d'augmenter les aires d'exploitation, la Campagne de Production à São Luís a institué un service d'ouverture et de maintien de ces voies. Le chemin de fer São Luís-Teresina est en très mauvais état. Les ports, ne possédant guère les installations nécessaires, tout cela ne fait que rendre de plus en plus difficile l'approvisionnement du Maranhão et du Piauí, provoquant d'autre part une hausse continue dans le prix de vie. Ce furent les français qui surent les premiers profiter des conditions naturelles de la baie du Maranhão, vers le début du XVII<sup>e</sup> siècle. Ceux-ci une fois chassés, la vallée de l'Itapecourou fut occupée par des luso-brésiliens qui y installèrent des plantations de coton. Les esclaves noirs amenés pour travailler dans les plantations se croisèrent avec les colons blancs et indiens qui s'y étaient installés antérieurement. Ce métissage produisit le type ethnique actuel du "cabocle". Avec la décadence du coton lors de la perte du marché mondial au début du XIX<sup>e</sup> siècle, les fermes de l'Itapecourou commencent d'être cultivées sous le régime de métayage, qui s'est prolongé jusqu'à aujourd'hui.

La demande de produits oléagineux sur les grands marchés de la zone tempérée après la première grande guerre mondiale provoqua le peuplement de la vallée du Mearim vers cette époque. Ce furent surtout des immigrants provenant du Ceará et du Piauí qui s'y établirent. A partir de la seconde guerre mondiale, le riz, qui était déjà une culture traditionnelle, a subi une grande valorisation, trouvant des débouchés sûrs à Rio et à São Paulo, où le transport s'effectuait par route. La qualité étant tout à fait inférieure, le riz du Maranhão est consommé surtout par les pauvres à cause de son prix. Un autre facteur qui a beaucoup contribué à la croissance de ce front pionnier (il a déjà traversé le Pindaré) est l'occupation illégale du terrain par de gros propriétaires, phénomène social connu au Brésil sous le nom de "grilagem". Ce front pionnier coupe transversalement les cours d'eau, ce qui indique que ceux-ci ne jouent aucun rôle économique.

La région compte six zones productrices, dont les trois principales ont été parcourues par l'auteur.

Dans la vallée de l'Itapecourou le relief est constitué de plateaux et de collines de moins de 50 mètres en aval de Coroaá; de là jusqu'à Caxias, de plateaux sédimentaires et de buttes témoins de grès dont la hauteur varie jusqu'à 100 mètres. Les sols sont sablonneux et comportent souvent une croûte de laterite. Des forêts de feuilles avec du babaçu, d'une hauteur moyenne de 10 mètres, constituent le trait prédominant de la végétation naturelle, mais en certains lieux, comme aux environs de Caxias, la forêt résiduelle est du type demi-caduque.

Il s'agit ici d'une région de grandes propriétés terriennes cultivées par des "cabocles" sous le régime de brûlis. Le terrain est ordinairement cultivé pendant un an environ, puis laissé en jachère forestière a peu près pendant huit ans. Les plantes les plus cultivées sont, dans le cours inférieur, le manioc, dans le cours moyen, le riz. Les plantations sont clôturées dans le but d'empêcher la pénétration de porcs élevés en liberté. Les maisons sont rectangulaires; les murs sont en argile ou on paille de babaçu, les toits de ce dernier matériel.

Les conditions naturelles de la vallée du Parnaíba sont à peu près pareilles à celles de l'Itapecourou. Les sols en sont peu connus, mais la végétation naturelle est demi-caduque, on croit que les "babaçuales" s'étendent jusqu'à une distance d'environ 40 km du fleuve Parnaíba. Socialement ce sont les latifundia patriarcaux qui prédominent; dans l'agriculture le régime le plus en vigueur c'est le métayage.

Les vallées du Mearim et du Pindaré comptent une aire de terres planes plus étendue, un climat plus humide, des forêts de feuillues, des sols argileux sans croûtes latéritiques. Cette région n'a été peuplée que fort récemment par de petits paysans venant du Ceará et du Piauí, qui cultivent du riz et du coton et, en échelle moindre, du maïs et des haricots, le tout sous le système de brûlis. C'est un front pionnier dont le centre principal est la ville de Bacabal; l'habitat y est mixte, c. à d. concentré et dispersé, pendant que dans les deux régions ci-dessus l'habitat est tout à fait dispersé.

La stagnation de la production du babaçu a des causes très complexes. Au cours de son voyage, l'auteur a visité deux grandes fabriques en faillite, abandonnées après une courte période d'activité. Les causes de cette situation furent le manque de prévision et d'organisation des deux entreprises et le manque d'orientation technique.

On impute le manque et la mauvaise préparation des amandes à l'indolence et à la mauvaise foi des cabocles. On n'ignore pas de nombreux stratagèmes dont ils se servent, pour conserver le poids de la marchandise, ou bien pour accélérer la maturation des coques au préjudice de la qualité. Ceci est d'ailleurs peu généralisé dans les aires où prédomine le métayage.

Cependant la concurrence entre des firmes, soit d'une même place soit de places diverses, a occasionné des préjudices économiques plus sérieux: des retards dans la construction de routes et dans le commerce du babaçu, aussi bien que des baisses forcées dans le prix des marchandises. Le Maranhão donne un exemple d'anarchie dans le commerce et dans la production, associée au chaos politique.

Quoique le babaçu soit un complément de l'activité agricole, il ne contribue pour sa part en aucune mesure à améliorer le standard de vie de la population rurale; il empêche à peine qu'elle meure de faim. Les feuilles et les tiges sont employés à la construction d'habitations et à la confection d'une immense variété d'ustensiles.

En dépit de la disette généralisée, l'alimentation y est plus riche et variée que dans d'autres régions du Brésil. La décadence sociale de la classe pauvre est spécialement accentuée dans la vallée de l'Itapecourou.

Les deux projets de colonisation qu'on a récemment essayés ont été une faillite. Les perspectives dans la situation actuelle en sont aussi étroites que dépourvues de sens économique.

L'augmentation de la production du babaçu moyennant l'éclaircissement partiel de la végétation doit continuer à être essayée par le "cabocle", mais sous orientation technique.

L'article termine avec une série de commentaires et de suggestions resumées ayant trait aux programmes de recherches, à la regularisation du régime agricole dans les fronts pionniers, à l'ouverture de routes vicinales, à la cassage mécanique des coques, à l'assistance médicale, sociale et économique, aussi bien qu'à l'organisation des plantations.

(Traduit du brésilien par Daniel Brilhante de Brito)

#### RESUMEN

\* \* \*

El babazu es la fruta de una palmera (*Orbignya speciosa*, BARB. RODR.) de que, además de otras utilidades, se hace un aceite empleado en las industrias de comestibles y de jabón. Sin embargo de sus numerosas aplicaciones, no hubo, en los últimos diez años, un aumento sensible en su extracción.

El estudio del problema del babazu no es fácil, porque faltan datos básicos, tales como: áreas de ocurrencia densa, promedio de palmeras por hectárea, cuando comienza a fructificar, cuanto tiempo queda produciendo, promedio de racimos por árbol, distancia más conveniente entre ellos, etc.

La extracción del babazu se hace por un proceso primitivo: el coco es cogido en el palmar nativo, lo quiebran con un machete y un palo, y lo venden en la bodega más cercana. Las almendras son compradas por compañías de São Luis, Parnaíba y Teresina, que las industrializan o revenden.

El transporte de las almendras de babazu es precario. El principal medio es el camión, que depende de los caminos vecinales, que solo permiten pasar durante tres meses en el año. Para aumentar el área explotada, la Campaña de Producción de São Luis mantiene un servicio de abertura y conservación de esos caminos. El ferrocarril de São Luis a Teresina está muy mal conservado. La buena red fluvial de la región está muy obstruida y ha causado la decadencia de la navegación. Todo eso, además, dificulta el abastecimiento de Maranhão y Piauí, pues contribuye para hacer el costo de la vida más elevado.

Quién, por primera vez, supo sacar provecho de las condiciones naturales del golfo marañense fueron los franceses, que allí se establecieron en el principio del siglo XVII. Expulsos estos, los lusobrasileños que quedaron en la región ocuparon el valle del Itapecuru, a partir del medio del siglo XVIII, con plantaciones de algodón. Los esclavos negros, traídos para trabajar en las haciendas, se mezclaron con los blancos e indios que ahí vivían y vinieron a componer el tipo étnico actual del "caboclo" del Maranhão. Con la decadencia del algodón causada por la pérdida del mercado internacional en el principio del siglo XIX, las haciendas del Itapecuru pasaron a ser explotadas por el régimen de parceria, como lo son hasta hoy día.

La búsqueda de aceites en los grandes mercados de la zona templada después de la Primera Guerra Mundial favoreció el poblamiento del valle del Mearim en esa época. Ahí predominan inmigrantes venidos de Ceará y Piauí. A partir de la Segunda Guerra Mundial, el arroz, que ya era un cultivo tradicional, tuvo una gran valorización, porque pasó a venderse en Río y en São Paulo, transportado por carreteras. El arroz del Maranhão es de mala calidad, pero se vende mucho porque es barato y, por eso, las clases pobres lo consumen en gran escala.

La posesión indebida de las tierras por las clases ricas determinó también el avance de ese frente pionero, hasta el Pindaré. Se conoce este fenómeno en el país con la expresión "grilagem".

El frente pionero atraviesa a los ríos en sentido transversal, lo que demuestra que ellos no tienen runción económica.

Las tres principales regiones productoras de babazu existentes en la región del Medio Norte, han sido visitadas por el autor.

En el valle de Itapecuru el relieve es formado por mesetas y colinas con menos de 50 metros de altura, al norte de Coroatá. De ahí hasta Caxias hay mesas y montes-testigos, de areniscas, que tienen hasta 100 metros. Los suelos son arenosos y tienen comúnmente un horizonte de laterita. En la vegetación natural se observa el predominio de la mata de hojas perennes con babazu. La floresta remanente tiene casi 10 metros de alto y presenta a veces un carácter semidecidente como se observa en las proximidades de Caxias.

En esta región predominan las grandes propiedades y los cultivos se hacen por los "caboclos" según el sistema de roturas. En general, cultivan el terreno durante un año y lo hacen reposar durante casi 8. Las plantas más cultivadas son: la manioca, en el curso inferior y el arroz en el medio. Cercan a las plantaciones para impedir su invasión por los cerdos que viven libremente. Las casas tienen forma rectangular, sus paredes son hechas de arcilla o de paja de babazu y cubiertas con la misma paja.

Las condiciones naturales en el valle del Parnaíba son muy semejantes a las del Itapecuru. Los suelos son poco conocidos, pero la vegetación presenta carácter deciente. Se cree que los "babazuales" se extienden hasta casi 40 km al este del río Parnaíba. Ahí predomina la gran propiedad patriarcal y se practica el régimen de la "parceria" en la agricultura.

Los valles del Mearim y Pindaré presentan un área mayor de tierras llanas, clima más húmedo, floresta de hojas perennes y suelos arcillosos sin cortezas de laterita. Es una región de población reciente constituida por pequeños agricultores del Ceará y Piauí. Se cultivan arroz y algodón, y, en menor escala, maíz y habichuelas según el sistema de roturas. Es una faja pionera cuya etapa principal es la ciudad de Bacabal, donde predomina un habitat mixto: disperso y concentrado, mientras en las dos regiones precedentes prevalece solamente el habitat disperso.

La situación de atraso que se observa en la producción de babazu tiene causas complejas. En su excursión el autor ha visitado dos grandes fábricas fallidas después de un corto periodo de actividad. Las causas han sido la falta de planeamiento y organización de las empresas y la falta de orientación técnica.

Los compradores de babazu atribuyen la escasez y mala preparación de las almendras a los cabocios. Estos emplean todos los medios para mantener el peso de la mercancía o apresurar la madurez del coco con perjuicio para su calidad. Esto poco ocurre en las áreas donde predomina el sistema de la parceria.

La concurrencia entre las empresas de un mismo mercado o de mercados distintos concurrió para el atraso en la construcción de carreteras y en el comercio del babazu y causó bajas forzadas en el precio del producto.

Maranhão es un ejemplo del desorden que se nota con respecto a la producción y comercio del producto.

El babazu es un complemento de la actividad agrícola, pero no contribuye para el mejoramiento de los niveles de vida de la población rural. Sus hojas y tallos se usan en la construcción de las casas y preparación de una inmensa variedad de objetos.

Sin embargo de la pobreza general, la alimentación en esta parte del Brasil es más rica y variada que en otras del país. Las condiciones de decadencia social de las clases pobres son más fuertes en el valle del Itapecuru.

Los dos proyectos de colonización que recién se han elaborado resultaron inútiles, y sus posibilidades futuras son escasas.

El aumento de la producción del babazu debe ser hecho, como se hace actualmente, por la desbastadura parcial de la vegetación, pero con orientación técnica.

En la conclusión, el autor ofrece una serie de comentarios y sugerencias con respecto a los programas de investigaciones, regularización del régimen de tierras en la zona pionera, construcción de caminos vecinales, quiebra mecánica del coco, asistencia médica, social y económica y, finalmente, la organización de plantaciones.

#### SUMMARY

Babassu is the fruit of a palm tree (*Orbignya speciosa*, BARB. RODR.) which — apart from many other applications — yields an oil largely utilized in the manufacture of soap and edible products. In spite of its manifold uses, no substantial increase has attended its production during the past ten years. The babacu problem is a difficult one to tackle owing to the lack of many important data, such as acreage of dense growth areas and of average number of palms, extension of fruit-sprouting seasons, crop periods, average number of bunches per tree, adequate spacing, etc.

Babassu extraction is carried on in a rather primitive process: the nut-hell is picked off the wild-growing trees, broken up with the aid of an axe and mace and offered for sale at the nearest market. The nuts are purchased by business firms at São Luís, Parnaíba or Teresina, by which they are either processed or resold.

Hauling is precarious. Babacu nuts are chiefly hauled by trucks; these again depend upon the vicinal roads, which are passable for no longer a period than three months a year. A service is kept up by the Production Campaign at São Luís for cutting and maintaining such roads in the aim of spreading out the areas of growth. The São Luís—Teresina railroad is in rather bad keeping. The uncommonly good river net of the region is widely blocked up and this has consequently brought about a slowdown in navigation. Ports are in their turn underequipped. All this, again, systematically checks the supply of commodities to both Maranhão and Piauí and progressively makes for a steady raising of living costs.

It was the French who first lay hold of the vantage setting round the Maranhão bay and settled down on that coast somewhere in the beginning of the seventeenth century.

About the middle of the eighteenth century, the Luso-Brazilians started cotton plantations in the Itapecuru valley. Negro slaves brought over for working in the plantations mixed with resident Indians and whites to produce the typical "cabocios". The decline of cotton growth brought about by a shrinkage of international markets at the beginning of the nineteenth century caused the now prevalent partnership system to be introduced in the Itapecuru plantations.

A general demand for oilseed products was raised by important markets in the temperate zone after the first World War and did much in the way of causing the Mearim valley to become settled, largely by immigrants from Ceará and Piauí.

A rice boom followed the beginning of the second World War and Maranhão rice — which had been for long an established crop of that state — came into its own; inferior as was its quality it nevertheless flowed through highroads into Rio and São Paulo, and, being cheap, sold well among the poorer classes.

Another factor in the progress of that pioneer front — which has already been pushed beyond the Pindaré river — is the illegal possession of land tracts by wealthy farmers, a social phenomenon called "grilagem" ("cricketeering", or claim-jumping with land property). The pioneer front cuts athwart the rivers, and this fact illustrates their lack of economical importance.

There exist six babassu-producing regions in the Brazilian middle-north and of these the three outstanding ones have been visited by the author.

Itapecuru valley relief mainly consists of tablelands and hills under 150 feet in height, downwards Coroaá; thence to Caxias, of mesas and sandstone buttes up to 300 feet high. Soils are rather sandy and laterite-coated. Natural vegetation is chiefly made up of babassu-evergreen; near Caxias vegetation takes on a residual semideciduous character.

The region is mainly occupied by latifundia; growths are cropped by "cabocios" under a shifting cultivation system. The ground is usually cultivated for a year and then left in second growth for eight years. Chief crops are — in the lower course, manioc, — in the middle course, rice. Crops are enclosed with fences so as to ward off the copious head of swine raised at large. Houses are rectangular in shape — walled with babassu straw and thatched with the latter material.

Natural conditions in the Parnaíba valley are closely akin to those on the Itapecuru. Soils are little known but natural vegetation is rather semideciduous. Babassu growths are believed to stretch as far east as 27 miles from the Parnaíba river. Dominant farming features of the district are the patriarchal latifundia and the sharecropping system.

The Mearim and Pindaré valleys unfold a larger flatland area, a damper climate, dazzling evergreen and clayey, laterite-short, soils. A region of relatively recent settling (mainly consisting of plowmen from Ceará and Piauí), its main crops are rice and cotton, and — on a lower scale, maize and beans, all of them grown under the shifting cultivation system. It is a pioneer fringe whose chief landmark is the city of Bacabal and where a rather mixed habitat prevails; i. e., a *disperse and a concentrated habitat*, as compared with the *solely disperse habitat*, of the two previous districts.

The backward state of babassu production may be traced back to manifold causes. During his circuit the author called in at two large bankrupt factories abandoned after a short period of operation. To that condition they had been brought by a lack of planning and teamwork, as well as by a dearth in credit facilities and technical knowhow.

The scantiness and ill-preparation of nuts has been often put down to idleness and ill-faith on the part of the "caboclos". And many unscrupulous contrivances are indeed known to which they resort in the purpose of keeping up the weight, and speeding the ripening of nut-shells, to the ultimate impairment of quality. This practice is nonetheless out of hold in such farms as are operated under the partnership system.

Competition among local firms has, however, brought about a number of setbacks in their nature more serious than those aroused by the foregoing factors. It has indeed curbed with many checks the activities of roadbuilding with a consequent slump in market prices. Maranhão sets a negative example for chaos in trade and production within a framework of political chaos.

Though an important branch of native agriculture, babassu scarcely contributes to better the status of the rural population, and hardly keeps them off from starving out Babassu leaves and stems are employed in the construction of homes and in the manufacturing of a numberless variety of utensils.

Widespread pauperism reigns in that zone, staple foods are yet more varied and nutritive there than in other areas of Brazil. Social status has been falling off steadily, especially in the Itapecuru valley.

Both settlement schemes recently enacted turned out a downright failure.

To this they were doomed, uneconomical and shortsighted as they were in the circumstances.

A rise in the production of babassu is as feasible as ever, should the now-established forest-trimming practice be backed with technical assistance.

The article closes with brief comments, on the general outlook of the area, to which some hints have been added on research schemes, levelling of farming system in the pioneer zone, cutting of vicinal roads, mechanical splitting of shells, medical, social and financial support and plantation planning.

(Translated from the Brazilian by Daniel Brilhante de Brito)

#### ZUSAMMENFASSUNG

Babaçu ist eine Palmfrucht (*Orbygnia speciosa*, BARR. ROBR.) welche viele Nutzwerte zählt und ein Öl liefert, das in der Nahrungsmittel- u. Seife-Industrie verwendet wird. Trotz seiner hohen wirtschaftlichen Bedeutung, weisen seine Gewinnungsziffern für die letzten zehn Jahre keine bemerkbare Zunahme auf. Die Babaçu-Forschung wird durch das Fehlen grundlegender Angaben erschwert, wie folgend: Fläche mit dichtem Bestand; durchschnittliche Palmenzahl per Hektar; wann die Fruchtbildung beginnt; wie lange die normale Produktion dauert; durchschnittliche Zahl der Kokosbüschel per Palme; geeignetster Abstand zwischen den Palmen usw.

Babaçu wird auf ziemlich primitiver Weise gewonnen: die Nuss wird vom wildwachsenden Palmbaume gepflückt, mittels einer Axt und Keule gespalte und auf dem nächsten Markt- platz verkauft. Die Nüsse werden von Handelshäusern aus São Luís, Parnaíba oder Teresina erstanden, welche dieselben entweder verarbeiten oder weiterverkaufen.

Die in Lastwagen erfolgende Beförderung hängt von Vízinalstrassen ab deren Fahrbarkeit kaum drei Monate jährlich anhält. Zwecks Erweiterung der Ausbeutegebiete wurde von der in São Luís eingerichteten Produktionskampagne ein Dienst eröffnet, der dafür sorgt, dass neue Verkehrswege gebaut, bereits bestehende aufrechterhalten werden. Die Eisenbahnstrecke zwischen São Luis und Teresina ist in sehr schlechtem Erhaltungszustand, das ausgezeichnete Flusssystem durchweg unterbrochen, die Flussschiffahrt folglich in ständiger Verfall. Ebenfalls sind die Häfen schlecht ausgerüstet. Insgesamt tragen diese Umstände nur dazu bei, die Lebensmittelsversorgung von Maranhão und Piauí in beträchtlichem Masse zu erschweren, die Lebenshaltungskosten mithin unaufhörlich zu erhöhen.

Die Siedlungsmöglichkeiten um die Maranhão-Bucht wurden zuerst von den Franzosen vorteilhaft benutzt, welche sich dort anfangs des 17 Jahrhunderts niederliessen. Um die Mitte des 18. Jahrhunderts wurde das Land wurde von den Luso-Brasilianern mit Baumwollplantagen bedeckt. Die zur Landarbeit herbeigeschaffenen Negerklaven vermischten sich mit den ansässigen Indianern und Weissen, woraus, die heutzutage, überwiegend "Caboclo"-Bevölkerung hervorging. Mit dem Niedergang der Baumwollausfuhr, durch den Verlust von Absatzmärkten anfangs des 19. Jahrhunderts ging die Ausbeute der Itapicuru-Farmen in das Teihaber-schafts-Regime über wie es noch heute ist.

Infolge der vom ersten Weltkrieg verursachten, starken nachfrage nach Ölpflanzen, nahm die Besiedlung des Mearim-Tales eine gewaltigen Aufschwung. Die Gegend wurde vorherrschend von Einwanderern aus Ceará und Piauí angesiedelt. Während des zweiten Weltkrieges gewann der übrigens von jeher getriebene Reisbau eine grosse Steigerung, weil der minderwertige, in Maranhão geerntete Reis zufolge seines geringen Preises, über Landstrassen nach Rio und São Paulo befördert, dort besonders bei den Armen grossen Absatz fand.

Ein weiterer Faktor für das Vordringen jener Pionierfront, welche bereits den Pindaré-Flusa überquert hat, ist die meist durch wohlhabende Leute getriebene illegale Bemächtigung ausgedehnter Landflächen, eine in Brasilien "grilagem" genannte soziale Erscheinung. Die Pionierfront zieht sich quer zur Richtung der Wasserläufe hin, was beweist, dass letztere eigentlich keine wirtschaftliche Rolle spielen. Von den sechs im brasilianischen Mittelnorden vorhandenen Produktionsgebieten wurden vom Verfasser die drei wichtigsten bereit.

Im Itapecuru-Tale besteht die Landgestaltung unterhalb Corotá aus Hügeln und Tafelerhöhungen von weniger als 50 m Höhe; von dort bis Caxias aus "Chapadas" (Platten) und Zeugenbergen bis zu 100 m Höhe. Die Sandböden sind von einer Lateritschicht bedeckt. Was nun die natürliche Pflanzendecke anbetrifft, treten uns vorwiegend beständigen Laubwäldern, stellenweise aber halbtrockene Restwäldungen entgegen.

Hier überwiegen die Latifundien, deren Anbau von Mischlingen durch wechselnde Rodung zeitweilig ruhender Flächen (eine brasilianische Abart des Landwechsellsystems) besorgt wird. Für ein Jahr wird das Terrain angebaut, und liegt dann acht Jahre hindurch brach. Die Hauptkulturen sind im Unterlauf Maniok, im Mittelauf Reis. Die Wände der rechtckigen Wohnungen sind entweder aus Lehm oder aus Babaçu-Wedeln, die Dächer aus letzterem Material.

Die Pflanzungen werden eingezäunt um das Eindringen der frei gezüchteten Schweine zu verhindern.

Im Parnaíba-Tale sind die Naturbedingungen denen des Iapecuru-Tales sehr ähnlich. Die Bodenbeschaffenheit ist noch wenig bekannt, die Pflanzendecke dagegen hat man als halbtrocken bestimmt. Vermutlich dehnen sich die Babaçu Bestände bisca 40 km östlich des Parnaíba aus. Der Ackerbau wird in den meisten Fällen auf Grossgrundbesitz nach Teilhabersystem betrieben.

In den Mearim und Pindaré Tälern überwiegen grössere Flachlandgebiete, feuchteres Klima, reicher Laubwald und Lehmböden ohne Lateritkrusten. Die meist aus Ceará und Piauí eingewanderten Kleinbauern ziehen in der Hauptsache Reis und Baumwolle, in geringerem Umfange Mais und Bohnen. Sie wenden die oben erwähnte Landwechsellrodung an. Die Hauptetappe jener Pionierzone ist die Stadt Bacabal, welche ein zwischen verstreutem und konzentriertem vermischtes, im Gegensatz zu dem in den vorerwähnten Gebieten verstreutem, Habitat aufweist. Dass die Babaçu-Herstellung in solchem Rückstand geblieben ist, lässt sich aus mannigfachen Gründen erklären. Während seiner Forschungsreise besichtigte der Verfasser zwei nach kurzer Tätigkeitsperiode bankrottgegangene Fabriken, welche offenbar nur deshalb den Betrieb einstellen mussten, weil es ihnen sowohl an planmässiger Organisation des Unternehmens, als auch an technischer Führung fehlte.

Die Spärlichkeit und schlechte Bearbeitung der Nüsse wird häufig der Unredlichkeit und Indolenz der Mischlingen zugeschrieben. Ohne zweifel kennt man viele skrupellosen Kniffe, welche sie anzuwenden pflegen, u. zw. in der Absicht, das Gewicht der Ware hochzuhalten, oder das Heranreifen der Nüsse zu beschleunigen, was letztlich zur Einbusse der Qualität führt.

Doch gilt das für diejenige Anbauflächen überhaupt nicht, wo das Teilhaberschafts-System vorherrscht.

Allerdings hat die wirtschaftliche Entwicklung durch die Konkurrenz zwischen Handelsfirmen desselben Marktes oder verschiedener Märkte in nicht geringerem Masse gelitten: ihr zuzuschreiben sind der primitive Zustand des Landstrassenbaues, der Rückstand des Babaçu-Handels, die zwangsmässigen Preisstürze des Produktes. In Maranhão herrscht eine unvorstellbare Unordnung, sowohl in der Produktion als im Handel (welche übrigens mit dem politischen Wirrwarr eng verquickt ist).

Wenn auch der Babaçu im Rahmen der landwirtschaftlichen Tätigkeit als ergänzender Produktionszweig eine Stellung einnimmt, so wird dadurch der Lebensstandard der Landbevölkerung keineswegs gefördert, und verhindert höchstens, dass sie verhungere. Blätter und Stengel des Babaçu werden zugleich für den Wohnungsbau und zur Herstellung zahlreicher Arten von Utensilien benutzt.

Trotz des allgemein herrschenden Elends ist hier die Ernährung besser und abwechslungsreicher als in anderen Gegenden Brasiliens. Der soziale Verfall der Armen fällt besonders im Iapecuru-Tale auf.

Beide letztin versuchten Kolonisationsprojekte versagten vollständig. Die Aussicht für deren Ausführbarkeit sind in den gegenwärtigen Verhältnissen sehr beschränkt, wegen ihrer Unwirtschaftlichkeit.

Eine Produktions-Zunahme durch Teilauflichtung der Babaçu-Pflanzungen durch die Mischlinge ist wohl möglich, vorausgesetzt aber, dass man den Einsatz fachmännischer Orientierung in Anspruch nimmt.

Die Abhandlung schliesst mit vielerlei Kommentaren und Anregungen, welche sich hauptsächlich auf das Forschungsprogramm beziehen. Weitere Vorschläge betreffen die Regularisierung der Grundbesitzverhältnisse in der Pionierzone, den Anbau von Vizinalstrassen, das mechanische Aufbrechen der Nusschalen, soziale, finanzielle und ärztliche Fürsorge, und Einrichtung von Plantagen.

(Aus dem brasilianischen übersetzt von Daniel Brillhante de Brito).

## RESUMO

La babaçu estas la frukto de palmarbo (*Orbignya speciosa*, BARB. BOBR.), kiu krom aliaj utilecoj liveras oleon uzatan en la industrio de nutraĵoj kaj de sapo. Margraŭ ĝiaj grandnombraj uzoj ne estis en la lastaj dek jaroj rimckbla pligrandigo en ĝia eltiro.

La studo de la problemo de la babaçu ne estas facila tial, ke mankas baaĵ donitaĵoj, kiaj: areoj de densa okazaĵo, meza nombro de palmarboj por hektaro, kiam ĝi komencas fruktodoni, kiom da tempo ĝi restas produktanta, meza nombro de grapoloj por arbo, plej konvena interspacig k. t. p.

La eltiro de la babaçu estas farata per elementa procedo: la kokuso estas rikoltata en la natura babasuarbejo, rompita per hakilo kaj bastono, kaj vendata en la plej proksima vendejo. La kernoj estas acĉetataj de firmoj el São Luis, Parnaíba aŭ Teresina, kiuj ilin industriigas aŭ revendas.

La transporto de la babaĉukernoĵ estas necerta. La ĉefa transportilo estas la ŝarĝaŭtomobilo, kiu dependas de la intervalaĵaj vojoj, sed ĉi tiuj estas traireblaj nur dum tri monatoj en la jaro. Por pligrandigi la ekspluatatan areon la Kampanjo de la Produktado en São Luis havas servon de malfermo kaj tenado de tiaj vojoj. La fervojo São Luis-Teresina estas en tre malbona stato de konservado. La bona rivera reto de la regiono estas tre obstrukcita kaj estas kaŭzinta la dekadencon de la ŝipveturado. Fine la havenoj ne disponas pri la necesa ekipa. Aliflanke, ĉio tio malfaciligas la provizadon de Maranhão kaj Piauí, kunefikante al la loka plikarigo de la vivkosto.

Kiu je la unua fojo sciis profitigi la naturajn kondiĉojn de la golfo de Maranhão estis la francoj, kiuj tie loĝigis en la komenco de la XVII-a jarcento. Post ilia elpelo la portugaloj-brazilanoj, kiuj fiksigis en la regiono, okupis ekde la mezo de la XVIII-a jarcento la valon de rivero Iapecuru per *plantations* de kotono. La negraj sklavoj, portitaj por labori en la farmbienoj, mestizigis kun la blankuloj kaj la indiĝenoj, kiuj loĝis tie kaj fine konsistigis la nunan rasan tipon de la enlandulo de Maranhão. Sekve de la dekadenco de la kotono kaŭze de la perdo de la internacia merkato en la komenco de la XIX-a jarcento, la farmbienoj ĉe Iapecuru fariĝis ekspluatataj per la reĝimo de asocio. kiaj ili estas ĝis hodiaŭ.

La demando pri olehavatoj en la grandaj komercejoj de la mezvarma zono post la 1-a Mondmilito helpis al la loĝatigo de la valo de rivero Mearim en tiu epoko. Tie superas enmingrintoj, venintaj el Ceará kaj Piauí. Depost la 2-a Mondmilito la rizo, kiu estis tradicia kulturo, havis grandan valorigon tial, ke ĝi fariĝis vendata en Rio de Janeiro kaj en São Paulo, transportata sur ŝoseo. La rizo el Maranhão estas malbonkvalita, sed estas multe vendata, ĉar ĝi estas malmultkosta kaj tial ĝi estas konsumata grandskale de la malriĉaj klasoj.

Alla faktoro por la antaŭeniro de tiu pionira fronto, kiu jam transpasis la riveron Pindaré, estas la senrajta posedo de la teroj fare de riĉuloj, socia fenomeno konata en Bazilo per la nomo *grilagem*. La pionira fronto tranĉas transverse la riverojn, kio montras, ke ili ne havas ekonomian funkcion.

El la ses regionoj produktantaj babaĉon en la Meza Nordo la aŭtoro vizitis la tri ĉefajn. Ĉe la valo de la rivero Itapecuru la reliefo konsistas el plantajetoj kaj montetoj kun malpli ol 50 metroj da alteco, malsupre de Coroa; de tie ĝis Caxias, el altebenaĵoj kaj montoj, atestantaj grejson, kiuj atingas ĝis 100 metrojn. La grundoj estas sablecaj kaj havas ordinare horizonton el laterito. En la vegetaĵaro superregas la arbaro je ĉiamaj folioj kun babaĉuarboj, kiuj estas ĉirkaŭe 10 metrojn altaj, sed en kelkaj lokoj, kiel proksime de Caxias, la restanta baro havas duonkadukan karakteron.

En ĉi tiu regiono superregas la latifundioj, kies kulturoj estas farataj de enlanduloj laŭ la sistemo de elfalĉado. La tereno estas ordinare kulturata dum unu jaro kaj poste lasata ripoze dum ĉirkaŭ 8. La plej kulturataj plantoj estas: la manioko, ĉe la malsupra fluo, kaj la rizo, ĉe la meza. La kulturoj estas ĉirkaŭitaj por malhelpi la eniron de porkoj, kiuj estas bredataj libere. La domoj estas rektangulaj, havas muroj el argilo aŭ el babaĉupajlo, kaj tegmento de tiu sama materialo.

La naturaj kondiĉoj ĉe la valo de la rivero Parnaíba tre similas al tiuj ĉe la valo de Itapecuru. Ĝiaj grundoj estas maimute konataj, sed la natura vegetaĵaro estas duonkaduka. Oni pensas, ke la babaĉuarbejoj atingas ĉirkaŭe 40 km oriente de la rivero Parnaíba. Tie regas la patriarka latifundio kaj la reĝimo de la asocio en la terkulturo.

La valoj de la riveroj Mearim kaj Pindaré havas pli grandan areon de ebenaj teroj, pli malsekan klimaton, arbaron kun ĉiamaj folioj kaj argilajn grundojn sen lateritaj krustoj. Ĝi estas regiono kun freŝdata loĝatigo, kun malgranda terkulturistoj venintaj el Ceará kaj Piauí, kiuj kulturas rizon kaj kotonon kaj en malpli granda skalo maizon kaj fazeolon ĉion laŭ la sistemo de elfalĉado. Ĝi estas pionira franĝo kies ĉefa stadío estas urbo Bacabal kaj kie superregas mikse kunmetita restadejo: disa kaj densa, dum en la du antaŭe menciitaj regionoj superregas nu la disa.

La manko de progreso en la produktado de babaĉo havas kompleksajn kaŭzojn. En sia ekskurso la aŭtoro vizitis du grandajn bankrotintajn fabrikejojn, kiuj estas forasitaj post mallonga periodo da aktiveco. La kaŭzoj de tiu situacio estis: la manko de planado kaj de organizado de la entreprenoj, la manko de teknika orientado kaj la facila kredito.

La aĉetistoj de babaĉo atribuas la malabundecon kaj la malbonan prepradon de la kernoj al la maldiligenteco kaj trompemo de la enlanduloj. Fakte oni konas multajn senskrupulajn rimedojn, kiujn ili uzas por teni la pezon de la varo aŭ akceli la maturiĝon de la kokusetoj, difektante per tio la kvaliton. Tio estas malmulte ĝeneraligita en la areoj, kie superregas la reĝimo de la asocio.

Tamen la konkurenco inter firmoj de unu sama urbo aŭ de diversaj urboj estas kaŭzinta pli gravajn ekonomiajn perdojn: malrapidigo en la konstruado de ŝoseoj, malprogreso en la komerco de la babaĉo kaj devigataj malaltigoj en la prezo de la produkto. Stato Maranhão donas ekzemplon de anarkio en la produktado kaj en la komerco, kunigita kun la politika ĥaoso.

Kvankam la babaĉo estas plenigaldono al la terkultura aktiveco, ĝi ne kunefikas al la plibonigo de la vivnormoj de la kampara loĝantaro; ĝi nur malhelpas, ke tiu loĝantaro mortu de malsato. Ĝiaj folioj kaj trunko estas uzataj en la konstruado de la domoj kaj en la fabrikado de multegaj diversaj uzajoj.

Malgraŭ la ĝeneraligita mizero la nutrado estas tie pli roĉa kaj varia, ol en aliaj partoj de Brazilo. La kondiĉoj de sociala dekadenco de la malriĉa klaso estas speciale rimarkebla ĉe la valo de la rivero Itapecuru.

La du projektoj de koloniigo, freŝdate provitaj, frakasis. Iliaj eblecoj en la nuna situacio estas limigitaj kaj kontraŭekonomiaj.

La pligrandigo de la produktado de babaĉo per la parte maldensigo de la vegetaĵaro devas esti farata, kiel ĝi nun estas, de la enlandulo, sed kun teknika orientado.

La artikolo finas per serio da resumitaj komentarioj kaj sugestioj, rilataj al la programoj de esploroj, al la reguligo de la reĝimo de teroj en la pionira zono, malfermo de intervilaĝaj vojoj, maŝina rompado de la kokuso, kuracista, sociala kaj ekonomia helpo, same kiel la organizado de *plantations*.